

Volume 1 • Módulo 1 • História • Unidade 3

Formação do Estado Brasileiro e Identidade Nacional

Ana Paula Cabral Tostes, Claudia Regina Amaral Affonso, Denise da Silva Menezes do Nascimento, Gracilda Alves, Gilberto Aparecido Angelozzi, Guilherme Antunes Jr., Gustavo Pinto de Souza, Inês Santos Nogueira, José Ricardo Ferraz, José Valdenir Rabelo Filho, Marcia Cristina Pinto Bandeira de Mello, Marcus Ajuruam de Oliveira Dezemone, Priscila Aquino Silva, Rafael Cupello Peixoto e Sabrina Machado Campos

Introdução

Os conceitos de Estado e Nação, suas vinculações e desvinculações serão o objeto de estudo desta unidade.

No decorrer dos mais de 500 anos de História do Brasil esses conceitos tiveram aplicações diferentes e que influenciaram a construção da identidade nacional.

Vamos analisar a organização política e as ideologias que fundamentaram o Estado Brasileiro em 4 períodos da nossa História: O Brasil Colonial; Os séculos XVIII e XIX e as lutas pela independência; O Período Imperial; O Período Republicano; objetivando compreender como, através da nossa história, foram construídos os conceitos de Estado Nacional e Identidade Nacional.

Ampliando a análise propomos desvincular os conceitos de nação e território e compreender como isso se associa à construção de identidades de grupos, comunidades ou mesmo torcidas organizadas.

Apresentação da unidade do material do aluno

Disciplina	Volume	Módulo	Unidade	Estimativa de aulas para essa unidade
História	1	1	3	5 aulas (2 tempos cada)

Titulo da unidade	Tema
Formação do Estado Brasileiro e Identidade Nacional	A construção da Identidade Nacional
Objetivos da unidade	
Analisar a história da relação entre colônia (Brasil) e a Metrópole (Portugal).	
Caracterizar as lutas de independência que separaram o Brasil de Portugal.	
Estabelecer relação entre a formação do Estado republicano e a exclusão de participação popular na política.	
Analisar o papel do Estado na formação de uma Identidade Nacional.	
Seções	Páginas no material do aluno
Seção 1: O Estado e a construção da Nação.	177 – 181
Seção 2: O Brasil Colônia não era uma nação.	182 – 184
Seção 3: As lutas pela independência.	184 – 187
Seção 4: O Brasil Imperial.	187 – 189
Seção 5: A República e o Estado Nacional.	189 – 192
Seção 6: O Estado Nacional e nossa Identidade Nacional.	193 – 195

Seção 1 – O Estado e a construção da Nação

Prezado professor,

Sugerimos que as seções 1 e 2 sejam trabalhadas juntas em uma aula de 2 tempos. Neste material as sugestões estão separadas. Caso opte por trabalhá-las em conjunto você poderá selecionar atividades propostas para ambas e utilizá-las como melhor convier às suas turmas.

Seção 2 – O Brasil Colônia não era uma Nação

Tipo de Atividade	Título da Atividade	Descrição sucinta	Divisão da Turma	Tempo estimado
Atividade com mapa	A nação é divisível?	Apresentar o mapa do Brasil Colônia com a divisão das Capitânicas Hereditárias e o mapa do Brasil atual	Atividade Individual	15 minutos
Atividade com música	Aquarela brasileira	Executar música de autoria de Silas de Oliveira, gravada por Martinho da Vila nos anos 70	Não haverá divisão em grupos	20 minutos
Projeção de filme didático	Dois mundos desconhecidos	Este filme está disponível para download no Portal do professor – MEC. A temática é apresentada através de teatro de bonecos, de forma madura, cômica e aborda a questão das nações, nacionalidades e identidades	Não haverá divisão em grupos	30 minutos

Seção 3 – As lutas pela independência

Tipo de Atividade	Título da Atividade	Descrição sucinta	Divisão da Turma	Tempo estimado
Análise de imagem e de fonte histórica	Análise da composição social da conjuração Baiana e suas reivindicações	Leitura crítica e debate do Manifesto redigido pelos conjurados. Debate sobre a imagem	Não é necessária a divisão da turma	30 minutos

Seção 3 – As lutas pela independência

Tipo de Atividade	Título da Atividade	Descrição sucinta	Divisão da Turma	Tempo estimado
Análise de imagem	A importância da vinda da família Real em 1808	A pintura do artista Giuseppe Gianni sobre o Embarque do Príncipe Regente D. João VI para o Brasil será o ponto de partida para a discussão da importância desse fato histórico que mudou os rumos da história política nacional	A atividade pode ser realizada com a turma em sua organização espacial cotidiana	20 minutos
Análise de fonte escrita e matéria jornalística da atualidade	A questão do liberalismo econômico X monopólio comercial	Análise do Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas, discutindo sua consequência econômica para o Brasil que até então estava submetido ao monopólio comercial de Portugal. Comparação com a atuação da Organização Mundial de Comércio para discussão de conceitos econômicos como liberalismo, protecionismo alfandegário, intervencionismo estatal, etc.	Não é necessária a divisão da turma	30 minutos
Análise de fonte escrita e imagem	Discussão dos conceitos de Colônia e Metrópole depois da vinda da família Real ao Brasil	Análise de imagem da Revolução Liberal do Porto de 1820 e de trechos do documento histórico Manifesto da Junta do Governo Provisório do Reino. Através da análise, o professor poderá suscitar uma discussão sobre a inversão entre Colônia e Metrópole depois da vinda da família real ao Brasil	Não é necessária a divisão da turma	30 minutos
Análise de texto e imagem	Tiradentes e a construção de heróis Nacionais	Analisar a construção de heróis nacionais através do estudo do caso de Tiradentes, herói da Inconfidência Mineira	Não é necessária a divisão da turma	30/40 minutos

Seção 4 – O Brasil Imperial

Tipo de Atividade	Título da Atividade	Descrição sucinta	Divisão da Turma	Tempo estimado
Análise de fontes escritas	Fazer-se brasileiro? A construção social do Estado brasileiro e da identidade nacional	Nesta atividade pretendemos apresentar aos alunos a Constituição Política do Império do Brasil, de 25 de março de 1824, a fim de permitir-lhes o entendimento do processo de elaboração de um recurso jurídico que previa a normatização das relações políticas, sociais e econômicas ao longo do processo de formação do Brasil Império.	A turma poderá ser dividida em grupos de três a cinco alunos	60 minutos
Análise de fontes escritas	Relações de trabalho escravo e conflitos políticos no Brasil Império: Quantas identidades cabem em um projeto de Nação?	Nesta atividade pretendemos promover uma abordagem sobre os movimentos populares revoltosos que impulsionaram a ruptura do projeto de unidade nacional pretendidos pelas elites políticas do Brasil Império. A partir de textos impressos, promoveremos um debate sobre as peculiaridades dos movimentos e seus projetos políticos.	A turma poderá ser dividida em grupos de três a cinco alunos	50 minutos

Seção 5 – A República e o Estado Nacional

Tipo de Atividade	Título da Atividade	Descrição sucinta	Divisão da Turma	Tempo estimado
Análise de imagens	A construção de um herói republicano: Tiradentes	Comparar as diferentes imagens de Tiradentes em 3 contextos diferentes da História republicana.	Nas duas primeiras etapas não há necessidade de divisão da turma. Na última, se o professor preferir, a turma pode ser dividida em grupos para sistematizar o resultado da análise de cada imagem e da comparação entre elas	50 minutos

Seção 6 – O Estado Nacional e nossa identidade nacional

Tipo de Atividade	Título da Atividade	Descrição sucinta	Divisão da Turma	Tempo estimado
Discussão de textos	A Comissão da Verdade: Um instrumento político no reforço do processo democrático	Destacar a consequência do esquecimento dos crimes da ditadura na formação nacional, bem como na reimplantação do sistema político democrático de direito.	Turma organizada em conjunto para debate	50 minutos
Análise de textos	As forças policiais como “salvadoras” da pátria	Identificar o papel desempenhado pelas forças policiais (incluindo, as forças armadas) em 1964 e nos dias atuais, procurando destacar e discutir as permanências e mudanças na visão da sociedade brasileira, de 1964 e a atual, a respeito da atuação das forças policiais como instrumento de “salvação” da pátria.	Turma dividida em pequenos grupos de até quatro alunos	50 minutos
Análise de imagens, músicas e vídeos	A propaganda na formação nacional	Discutir a importância da propaganda para o Estado, destacando as ferramentas utilizadas para a produção de sentimentos ufanistas na população.	Atividade individual	100 minutos

Seção Avaliação

Tipo de Atividade	Título da Atividade	Descrição sucinta	Divisão da Turma	Tempo estimado
Análise de imagens	Imagens da escravidão: distinção de cor e de privilégios	Através da análise de imagens, propomos uma reflexão sobre o processo de distinção baseada na cor e as consequências para o tempo presente.	A turma deverá ser dividida em grupos de três a cinco alunos	50 minutos

Seção Avaliação

Tipo de Atividade	Título da Atividade	Descrição sucinta	Divisão da Turma	Tempo estimado
“Os diferentes significados de Tiradentes”	Breve atividade que poderia servir para fixar o conteúdo estudado, com exercícios individuais ou em grupo, mas sem o caráter de prova	Analisar texto sobre os diferentes significados de Tiradentes		
Leitura e interpretação de texto	Repensando a nação: A Ditadura Militar e nossa identidade nacional	Leitura, análise e interpretação de texto		

Seção 1

O Estado e a construção da Nação

Páginas no material do aluno

177 a 181



Iniciando o trabalho – trabalhando conceitos

Tipo de atividade:

Dinâmica em grupo

Material necessário:

Iconografia: O material do aluno já traz quadros de Pedro Américo (p.16), mas sugeriria nessa seção o uso de outros artistas como Vitor Meirelles e Almeida Junior, e artistas modernistas, seguem algumas sugestões (anexo 1)

Divisão da turma:

Não haverá divisão em grupos

Tempo estimado: 20-30 minutos

Anexo 1



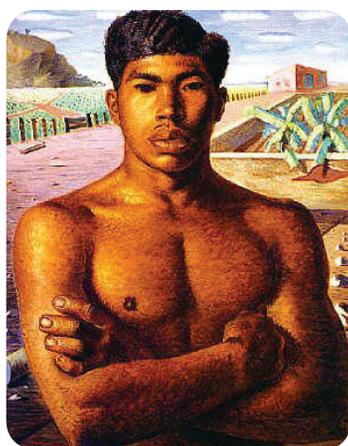
Primeira Missa no Brasil, de Victor Meirelles. (Museu Nacional de Belas Artes) Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Meirelles-primeiramissa2.jpg> Acesso em 02/12/2012 às 13:39.



Batalha do Riachuelo – Vitor Meirelles – Museu Histórico Nacional. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Meirelles-riachuelo99.jpg> Acesso em 02/12/2012 às 13:45.



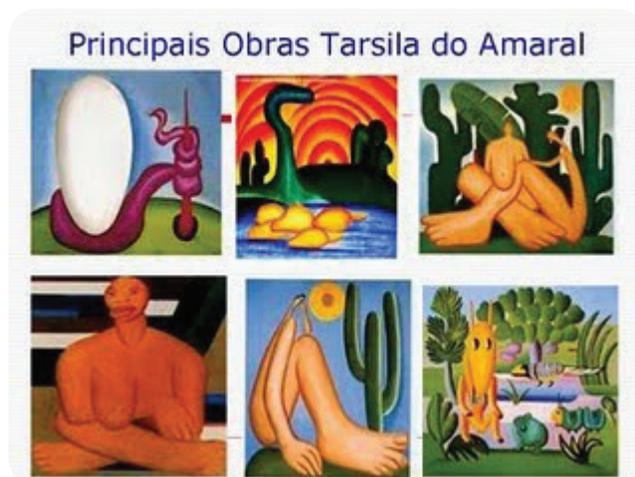
Leitura – Almeida Junior. Disponível em pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Almeida_Júnior_-_Leitura.jpg Acesso em 02/12/2012 às 13:48.



Portinari – Mestiço – Candido Portinari. Disponível em <http://www.wikipaintings.org/en/candido-portinari/o-mesti-o-1934> Acesso em 02/12/2012 às 13:50.



Portinari – Colhedores de Café- Candido Portinari. Disponível em <http://www.wikipaintings.org/en/candido-portinari/colhedores-de-caf-1935> Acesso em 02/12/2012 às 13:50.



Disponível em <http://tarsiladoamaral13052012.blogspot.com.br/2012/05/principais-obras.html> Acesso em 02/12/2012 às 13:55.

Aspectos operacionais

Sugerimos que você apresente as obras projetando-as ou através de pôsteres para o conjunto da turma. Ao mesmo tempo faça os devidos comentários e recolha também as impressões dos alunos. Faça a relação entre as pinturas e os conceitos de Estado, Nação e Identidade.

Aspectos pedagógicos

Você poderá pedir aos alunos que identifiquem a temática da obra apresentada; identifiquem e descrevam as personagens presentes na obra; apresentem os aspectos econômicos, políticos e culturais presentes na obra.

Você deverá anotar as observações dos alunos e finalizar a atividade com a análise e aplicação dos conceitos de Estado, Nação e Identidade.

Após a análise de 3 obras, os alunos farão uma síntese do que foi discutido durante a aula.



Escrevendo a História.

Tipo de atividade:

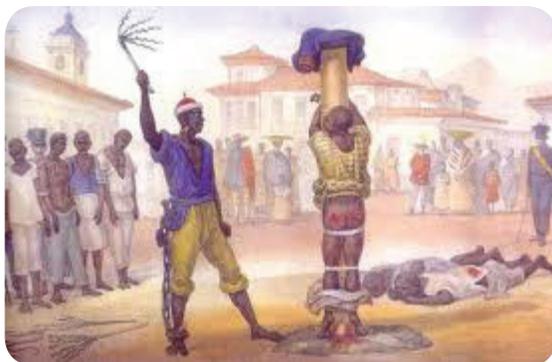
Dinâmica com a turma – individual

Material Necessário:

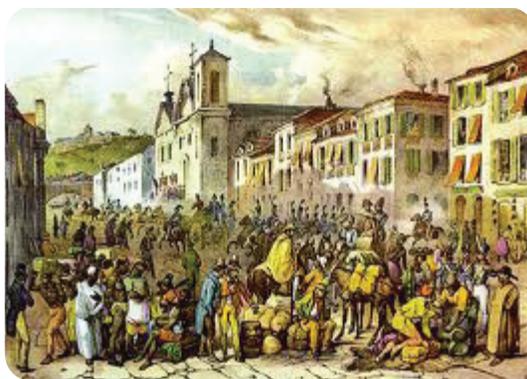
Poderá ser utilizada uma iconografia, filme ou música para estimular a definição do objeto da redação. Novamente chamamos a atenção que pode ser utilizada a própria iconografia do material do aluno da página 17 ou mesmo apresentarmos uma coletânea de imagem que se reporte a temática da abolição da escravatura, a partir da imagem de Debret, Rugendas, e outros artistas que possam dar subsídios para a construção do aluno. (anexo 2)
E ainda pode-se usar a figura 2 da página 9.

Divisão da turma para atividade:

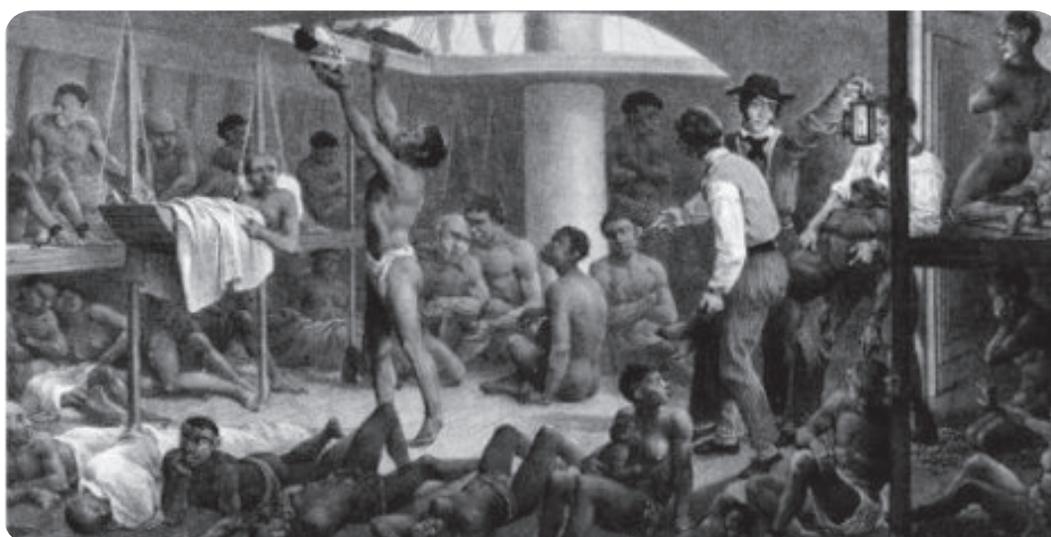
Individual



Debret – Pelourinho – Debret. Disponível em <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=688> Acesso em 02/12/2012 às 13:33.



Disponível em <http://maniadehistoria.wordpress.com/conjuracao-baiana-1798-manifesto/>. Acesso em 02/12/2012 às 13:30.



Navio Negreiro – Rugendas. Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas - N%C3%A8gres a fond de cale.jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Rugendas_-_N%C3%A8gres_a_fond_de_cale.jpg) Acesso em 02/12/2012 às 13:37.



Foto de Cícero R. C. Omena. Disponível em: <http://www.ecodesenvolvimento.org/posts/2011/outubro/oit-traca-perfil-de-vitimas-intermediadores-e> Acesso em 02/12/2012 às 15:34



Foto de Renato Alves. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/temas/cidadania/2011/10/apesar-de-avanco-na-legislacao-e-na-fiscalizacao-brasil-ainda-sofre-com-trabalhadores-em-condicoes-de-escravidao> Acesso em 02/12/2012 às 15:45

Aspectos operacionais

Após exibir as imagens, você apresentará a frase: “Será que realmente o trabalho escravo acabou no Brasil?”

A partir dessa indagação, solicitará aos alunos que analisem, em uma breve produção textual, a questão da “abolição da escravatura” no Brasil.

Aspectos pedagógicos

Após concluírem a atividade, poderá pedir que cada aluno leia em voz alta, caso tenha disponibilidade de tempo e de acordo com a sua realidade dentro de sala de aula (número de alunos).

Ao perceber que alguns elementos aparecem constantemente nos exercícios, você poderá indagá-los sobre o motivo da repetição de certas palavras ou ideias, apontando para o processo de construção do discurso coletivo sobre o fato.

A partir desses elementos, você poderá elaborar uma redação com os alunos, chegando assim a contraposição do individual e coletivo; e também do oficial e extraoficial.



Trabalhando o conceito de Nação e Estado.

Tipo de atividade:

Para chegarmos aos conceitos Desejados, o futebol é um ótimo caminho. Chamamos a atenção para as unidades anteriores onde se trabalhou memória coletiva e identidade cultural.

Quantas torcidas no mundo se auto intitulam Nação? No Brasil, a Rubro negra e a Corintiana são as maiores.

Mas porque nação? O que define uma Nação? Essas são questões que servirão de estrutura para atividade.

Material necessário:

Imagem de faixas e torcidas de futebol, ou mesmo alguns minutos de algum jogo que mostre as arquibancadas. Ou mesmo, um jornal, com fotos de torcidas.

Divisão da turma para atividade:

Individual ou em grupo.

Aspectos operacionais

Você irá expor o material selecionado para o trabalho, e lançará algumas questões norteadoras como: Por que Nação? O que define uma Nação?

Estimulando os alunos a chegarem por eles próprios a ideia de vínculo comum, o amor ao futebol, a paixão pelo clube, a Bandeira, o Hino etc. Os dois últimos elementos são apontados no material do aluno como formadores de Nação e Estado.

Aspectos pedagógicos

A partir das questões apresentadas você norteará as falas dos alunos vinculando-as ao objetivo da compreensão de um conceito de Nação. A partir daí trazer o conceito para o Brasil, como Estado. Vale a pena gerar um link com a questão geográfica, o material do aluno o apresenta na seção 2. (vide mapa da página 178)

Seção 2

O Brasil Colônia não era uma Nação

Páginas no material do aluno

182 a 184



A nação é divisível?

Tipo de atividade:

Atividade com mapas

Material necessário: Mapa do Brasil Colônia (p. 182 – Capitâneas Hereditárias) e mapa do Brasil atual (p. 178)

Divisão da turma:

Dividir a turma em dois grupos.

Tempo estimado: 15 minutos.

Aspectos operacionais

Pedir aos grupos que façam a comparação entre os dois mapas e que apresentem as semelhanças e diferenças.

Sugerimos que os mapas sejam apresentados para todos os alunos (projetados, em painel ou acessando o material do aluno páginas 182 e 178 respectivamente).

Retomando o conceito de nação você poderá indagar: É possível dividir o território de uma nação? Dividido o seu território ela continua sendo uma nação?

Aspectos pedagógicos

Os dois grupos apresentarão suas impressões e você utilizará isso como mote para desenvolver o tema da seção 2: O Brasil Colônia não era uma nação.



Aquarela brasileira

Tipo de atividade:

Discussão a partir de letra de música.

Material necessário:

Aparelho de som com cd ou computador com cd ou pen drive ou outra mídia que permita a execução da música.

Divisão da turma:

Não haverá divisão em grupos.

Tempo estimado: 20 minutos

Aspectos operacionais

Executar a música “Aquarela Brasileira” de autoria de Silas de Oliveira, gravada por Martinho da Vila nos anos 70

Terminada a música você questionará os alunos: Qual o tema central da música de Silas de Oliveira? A música fala de unidade nacional? É possível unidade nacional em um contexto de diversidade cultural? Por quê?

Havendo na turma aluno ou alunos que tocam instrumentos musicais, em aula anterior, você pode pedir para que ele ou eles ensaiem a música para apresentá-la no início da aula seguinte.

Se você preferir poderá executar a música através de CD, pen drive ou outra mídia.

Em qualquer circunstância, sugerimos que a letra da música seja projetada ou impressa, para que mesmo conhecendo a letra, os alunos possam acompanhá-la.



Dois mundos desconhecidos.

Tipo de atividade:

Projeção de filme didático.

Material necessário:

DVD e DataShow ou Computador com reprodutor de DVD ou pen drive ou outro aparelho que permita a apresentação do filme.

Divisão da turma:

Não haverá divisão em grupos.

Tempo estimado: 30 minutos

Aspectos operacionais

Apresentar o vídeo:

- http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=20464, Acesso em 10.Dez.2012, 21:35.

ou

- <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnica.html?id=1534>, Acesso em 10.Dez.2012, 21:35.

Aspectos pedagógicos

Após a exibição do filme, você poderá questionar os alunos: Uma colônia é uma nação? Quando da chegada do europeu à terra de Santa Cruz havia uma nação neste território? Os antigos habitantes das terras colonizadas eram uma nação? Havia uma identidade nacional? Havia um ou mais Estados organizados?

Seção 3

As lutas pela independência

Páginas no material do aluno

184 a 187



Análise da composição social da conjuração Baiana e suas reivindicações

Tipo de atividade:

Análise de imagem e de fonte histórica

Material necessário:

Projetor de textos e imagens

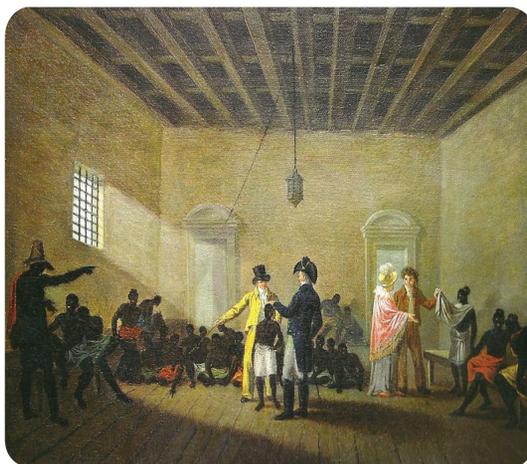
Divisão da turma:

A atividade pode ser realizada com a turma em sua organização espacial cotidiana.

Tempo estimado: 30 minutos

Aspectos operacionais

1ª etapa: apresentar o quadro de Jean- Baptiste Debret (Mercado de escravos)



Mercado de escravos – Debret. Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Debret,_Mercado_de_escravos.jpg Acessado 05/01/2013 às 20:00.

A partir da imagem você poderá instigar os alunos a identificarem os personagens da cena. Você também poderá estimular os alunos a refletirem sobre o papel social desses personagens, como era a condição de vida e trabalho de cada um dos personagens da cena, ressaltando a questão da desigualdade social e econômica presente na sociedade escravocrata brasileira. A partir dessas reflexões, os alunos estarão mais preparados e ambientados para debater as reivindicações da Conjuração Baiana.

2ª etapa: Projetar, ler e analisar o Manifesto da Conjuração Baiana também chamada de Revolta dos Alfaiates.



O Poderoso e Magnifico Povo Bahinense Republicano desta cidade da Bahia Republicana considerando nos muitos e repetidos latrocínios feitos com os titulos de imposturas, tributos e direitos que são celebrados por ordem da Rainha de Lisboa, e no que respeita a inutilidade da escravidão do mesmo povo tão sagrado e Digno de ser livre, com respeito a liberdade e a igualdade ordena manda e quer que para o futuro seja feita nesta Cidade e seu termo a sua revolução para que seja exterminado para sempre o pecimo jugo ruinel da Europa; (...) Portanto fas saber e da ao prelo que se axão as medidas tomadas para o socorro Estrangeiro, e progresso do Comercio de Açucar, Tabaco e pau brazil e todos os mais gêneros de negocio e mais viveres; com tanto que aqui virão todos os Estrangeiros tendo porto aberto, mormente a Nação Franceza, (...) O Povo será livre do dispotismo do rei tirano, ficando cada hum sujeito as Leis do novo Codigo e reforma de formulário: será maldito da sociedade Nacional todo aquele ou aquela que for inconfidente a Liberdade coherente ao homem (...).

CONJURAÇÃO BAIANA – 1798 – Manifesto.

- Imagem e texto disponíveis em <http://maniadehistoria.wordpress.com/conjuracao-baiana-1798-manifesto/>. Acesso em 02/12/2012 às 13:30.

Aspectos pedagógicos

Você poderá identificar com os alunos as reivindicações e/ou motivações que implicaram na eclosão deste movimento contestatório. Assim, você poderá pedir que os alunos identifiquem no texto, individualmente ou em grupo, os seguintes elementos:

- Em nome de quem o Manifesto é redigido?
- Contra quem o Manifesto se dirige?

- Onde o texto se mostra abolicionista?
- Onde o texto se mostra a favor da independência?
- Onde o texto rompe com o monopólio comercial da metrópole?

Assim, a partir da análise do texto, você poderá discutir com os alunos os movimentos de independência do Brasil tendo como estudo de caso a Conjuração Baiana.



Analisar a importância da vinda da família Real em 1808

Tipo de atividade:

Análise de imagem

Material necessário:

projektor para a imagem

Divisão da turma para atividade:

A atividade pode ser realizada com a turma em sua organização espacial cotidiana.

Aspectos operacionais

Projeção e análise da imagem com os alunos

Embarque do Príncipe Regente D. João VI para o Brasil : 1808.

No centro, Dom João VI

Foto: Reprodução autorizada pela Biblioteca Nacional (Brasil)



Crédito: Giuseppe Gianni/Biblioteca Nacional (Brasil). Disponível em <http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1808/chegada-da-familia-real-portuguesa-ao-brasil>. Acesso em 02/12/2012

Aspectos pedagógicos

Dentre outras possibilidades, o professor poderá levar os alunos a identificar as personagens presentes nas cenas. Qual das figuras será o rei D. João VI? Por que podemos fazer essa afirmativa? Quem serão as pessoas que o rodeiam? A imagem também traz inferências sobre o tamanho da comitiva que partiu de Portugal para o Brasil a partir do número de embarcações retratadas. A partir da análise da imagem você poderá levar os alunos a pensarem sobre a importância desse fato histórico para a história do Brasil que se tornou a nova morada do rei de Portugal.



Analisar a questão do liberalismo econômico X monopólio comercial

Tipo de atividade:

Análise de fonte escrita e matéria da atualidade

Material necessário:

Projetor para o texto

Divisão da turma para atividade:

A atividade pode ser realizada com a turma em sua organização espacial cotidiana.

Aspectos operacionais

1ª etapa: Projeção e análise do decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas com os alunos

Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas

Conde da Ponte do meu Conselho, governador e capitão general da capitania da Bahia, Amigo. Eu o Príncipe Regente vos envio muito saudar, como aquele que amo.

Atendendo a representação que fizestes subir a minha real presença sobre se achar interrompido, e suspenso o comércio desta capitania com grave prejuízo dos meus vassallos, e da minha Real Fazenda, em razão das críticas, e públicas circunstâncias da Europa, e querendo dar sobre este importante objeto alguma providência pronta, e capaz de melhorar o progresso de tais danos, sou servido ordenar interina, e provisoriamente enquanto não consolido um sistema geral que efetivamente regule semelhantes matérias o seguinte = primeiro, que sejam admissíveis nas alfândegas do Brasil todos e quaisquer gêneros, fazendas, e mercadorias transportadas, ou em navios estrangeiros das potências que se conservam em paz e harmonia com a minha Real Coroa, ou em navios dos meus vassallos pagando por entrada vinte e quatro por cento a saber vinte de direitos grossos e quatro de donativo já estabelecido, regulando-se a cobrança destes direitos pelas pautas, ou aforamento por que até o presente se regulam cada uma das ditas alfândegas, ficando os vinhos, águas ardentes, e azeites doces, que se denominam molhados, pagando o dobro dos direitos que até agora nelas satisfaziam

= Segundo: Que não só os meus vassallos, mas também os sobreditos estrangeiros

possam exportar para os portos que bem lhes parecer a beneficio do comércio, e agricultura, que tanto desejo promover todos, e quaisquer gêneros, e produções coloniais, à exceção do pau-brasil, ou outros notoriamente estancados, pagando por saída os mesmos direitos já estabelecidos nas respectivas capitánias, ficando entretanto como em suspenso, e sem vigor todas as leis, cartas régias, ou outras ordens que até aqui proibiam neste Estado do Brasil o recíproco comércio, e navegação entre os meus vassallos, e estrangeiros. O que tudo assim fareis executar com o zelo, e atividade que de vós espero. Escrita na Bahia aos vinte e oito de janeiro de 1808.

Príncipe.

Cumpra-se e registre-se e passem-se as ordens necessárias. Bahia, 29 de janeiro de 1808. Disponível em http://www.historia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/fontes%20historicas/abertura_portos_1808.pdf. Acesso em 02/12/1012.

Antes da leitura do texto, o docente poderá contextualizar o documento, indicando o seu significado político e econômico. O professor poderá lembrar que a base da relação entre metrópole e colônia era o monopólio comercial – que com a vinda da família real estava sendo rompido.

Após a leitura do texto o professor poderá instigar os alunos a identificarem no texto os seguintes aspectos, através, por exemplo, de um fichário de aferição da leitura:

- Quem, a partir do texto, poderia fazer comércio nas alfândegas do Brasil?
- Qual imposto incidia sobre o produto importado?
- Qual imposto incidia sobre o produto exportado?

- Quais produtos estavam presentes no comércio citado no texto?

A partir da análise do texto, da discussão e das orientações do professor, o aluno deverá estar apto a compreender a importância da Abertura dos Portos às Nações Amigas para o Brasil.

2ª etapa: Projeção da matéria jornalística e análise comparativa da situação do comércio mundial atual através do papel da OMC

OMC defende livre comércio e critica protecionismo causado pela crise

da Efe, em *Nova Déli da Folha Online*

O diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio), Pascal Lamy, defendeu o livre comércio global e criticou as medidas protecionistas adotadas por alguns países dentro da crise financeira internacional.

“Vimos um aumento das medidas comerciais restritivas desde o início da crise financeira”, denunciou Lamy, perante os empresários indianos, segundo comunicado. “Embora a situação não seja para se alarmar, precisamos ficar atentos e nos assegurar de que os membros da OMC continuem abertos uns aos outros.”

Ele participou de uma conferência organizada pela Ficci (Federação das Câmaras Indianas de Comércio e Indústria, na sigla em inglês), pouco antes de assistir à inauguração de um fórum de ministros de países-membros da OMC em Nova Déli.

O objetivo dos participantes é chegar a uma postura comum que sirva de base para revitalizar as negociações da Rodada Doha, dentro da OMC.

Segundo Lamy, a Rodada Doha continua sendo “o meio mais eficaz para alcançar objetivos” como a ampliação de mercados a bens e serviços, a eliminação de subsídios que distorcem o comércio, e a geração de transparência e capacidade de prognóstico comerciais.

Ele disse ainda que os ministros da organização buscarão os meios para concluir a Rodada Doha em 2010. “Os ministros da OMC terão a possibilidade de buscar os meios para concluir a Rodada Doha em 2010 (...) A reunião pode ser um verdadeiro começo do fim das discussões.”

Rodada Doha

Iniciada no fim de 2001 em um encontro na capital do Qatar, as negociações sobre a liberalização do comércio internacional, chamada de Rodada de Doha, esbarram nas divergências entre os países desenvolvidos e as nações em desenvolvimento sobre os temas agrícolas e industriais.

Iniciadas em 2001 na capital do Qatar, as negociações da Rodada Doha têm como objetivo eliminar as tarifas alfandegárias e reduzir os subsídios à agricultura dos países ricos. Mas há anos as negociações vêm se chocando contra as recusas de alguns países de reduzir as tarifas aduaneiras sobre produtos estratégicos para os produtores locais.

Em julho de 2008, as negociações da rodada fracassaram no último momento por uma disputa entre os Estados Unidos e a Índia sobre os critérios que autorizariam a um país pobre elevar suas tarifas para defender seus produtores agrícolas.

Em junho deste ano, Lamy já havia afirmado que as negociações da rodada estão em um caminho mais positivo e que a conclusão em 2010 é possível.

A resistência de algumas partes envolvidas, no entanto, ainda é considerável. A França e a Comissão Europeia já declararam que a União Europeia não faria mais concessões para chegar a um acordo na rodada.

- Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u618827.shtml>. Acessado 07/01/2013, às 14:25.

Aspectos pedagógicos

O professor poderá estimular os alunos a traçarem uma comparação crítica entre o documento histórico e a matéria jornalística através de conceitos como:

- monopólio comercial;
- protecionismo alfandegário;
- intervenção do Estado na economia;
- liberalismo econômico.

A análise dos dois textos poderá também gerar um debate sobre o tema do liberalismo econômico.



Discussão dos conceitos de Colônia e MetrÓpole depois da vinda da família Real para o Brasil

Tipo de atividade:

Análise de fonte escrita e imagem

Divisão da turma para atividade:

A atividade pode ser realizada com a turma em sua organização espacial cotidiana.

Material necessário:

Projetor para o texto

Tempo estimado: 30 minutos

1ª etapa: Análise de imagem



Revolução : 1820

Obra de Oscar Pereira da Silva representa a Revolução Portuguesa de 1820, na Sessão da Corte de Lisboa

Foto: Reprodução autorizada pelo Museu Paulista

Crédito: Oscar Pereira da Silva/Museu Paulista da USP

A imagem acima retrata a Revolução Liberal do Porto (1820), na qual “grupos sociais de Portugal se manifestam contra a permanência da corte no Brasil e pedem a volta do comércio exclusivo da colônia com Portugal. Também exigem que o rei João VI jure uma Constituição”.

- Disponível em <http://www.brasil.gov.br/linhadotempo/epocas/1820/revolucao-liberal-do-porto> Acessado 07/01/2013 às 12:25.

2ª etapa: Análise de Fonte escrita – Manifesto da Junta do Governo Provisório do Reino – 5 de Dezembro de 1820.

Manifesto da Nação Portuguesa aos Soberanos e Povos da Europa

(...) Desta maneira começaram os Portugueses a desconfiar do único recurso, e meio de salvação, que ainda parecia restar-lhes no meio da quase total ruína da sua cara Pátria. A ideia do estado de Colônia, a que Portugal em realidade se achava reduzido, afligia sobre maneira todos os cidadãos, que ainda conservavam, e prezavam o sentimento da dignidade nacional. A justiça era administrada desde o Brasil a povos fiéis da Europa, isto é, desde a distância de duas mil léguas, com excessivas despesas, e delongas, e quando a paciência dos vassalos estava já fatigada e exausta de fastidiosas, e talvez iníquas formalidades. Muitas vezes se desviavam dos olhos e atenção do Rei, ao arbítrio dos Ministros, e válidos, as representações, que se dirigiam ao Trono, e que não podiam ser ao menos acompanhadas das importunações, e lágrimas dos pretendentes. Todos enfim conheciam a impossibilidade absoluta de pôr em marcha

regular os negócios públicos e particulares de uma Monarquia, achando-se a tamanha distância o centro de seus movimentos, e sendo estes muitas vezes impedidos ou retardados pela malignidade dos homens, pela violência das paixões, e até pela força dos elementos. (...)

Povo Português apela para o sentimento íntimo de todos os seus concidadãos, dos homens ilustrados de todos os países, dos Povos da Europa, e dos Augustos Monarcas que os regem. (...)

Foram estes os votos de todos os Portugueses, quando proclamaram a necessidade de uma Constituição, de uma Lei fundamental, que regulasse os limites do Poder e da Obediência; que afiançasse para o futuro os direitos e a felicidade do Povo; que restituísse à Nação a sua honra, a sua independência e a sua glória; e que sobre estes fundamentos mantivesse firme e inviolável o Trono do Senhor D. João VI, e da Augusta Casa, e Família de Bragança, e a pureza, e esplendor da Religião Santa, que em todas as épocas da Monarquia tem sido um dos mais prezados timbres dos Portugueses, e tem dado o mais nobre lustre a seus heróicos feitos.

- Trecho retirado do Manifesto. Disponível em: http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/manifesto_nacao.html Acessado em: 07/01/2013.

Para material de apoio à cronologia da Revolução, o professor poderá estimular os alunos a acessarem: <http://apontamentos-da-escola.blogs.sapo.pt/816.html> acessado em 07/01/2013.

Aspectos pedagógicos

A partir da imagem você poderá discutir com os alunos quais as consequências para Portugal da vinda da família Real para o Brasil através da discussão de conceitos como colônia e metrópole – afinal quem era a colônia e quem era a metrópole agora que a família real estava estabelecida no Brasil?

Uma sugestão é a discussão de dois termos historiográficos “Inversão Brasileira” e “Interiorização da metrópole”. Esses termos podem ser apresentados após a leitura do trecho do Manifesto da Junta do Governo Provisório do Reino, documento elaborado durante a Revolução Liberal do Porto de 1820.

Outra questão que pode ser apontada através da análise da fonte escrita: Qual a razão que levou diversos setores da sociedade portuguesa a promover a Revolução do Porto?



Tiradentes e a construção de heróis nacionais

Tipo de atividade:

Análise de texto, imagem e áudio

Divisão da turma para atividade:

A atividade pode ser realizada com a turma em sua organização espacial cotidiana.

Material necessário:

projektor para o texto e imagem

Tempo estimado: 30-40 minutos

1ª Etapa:

Análise de imagens

Imagem 1



Imagem: Tiradentes Suplicado – Quadro de Pedro Américo (1893)

Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/cultura/tela-de-pedro-americano-na-europa-1.947330> Acessado em 07/01/ 2012

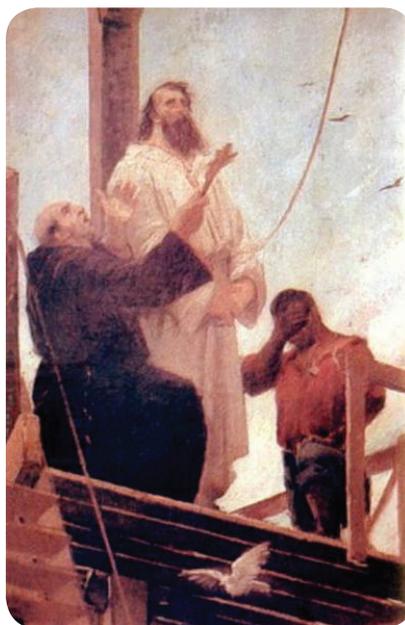
Imagem 2



Pintura: Antônio Parreiras – Prisão de Tiradentes, 1914

Disponível em: <http://museujuliodecastilhos.blogspot.com.br/2012/03/conhecendo-o-acervo-prisao-de.html> Acessado em 07/01/2013, às 15:42.

Imagem 3

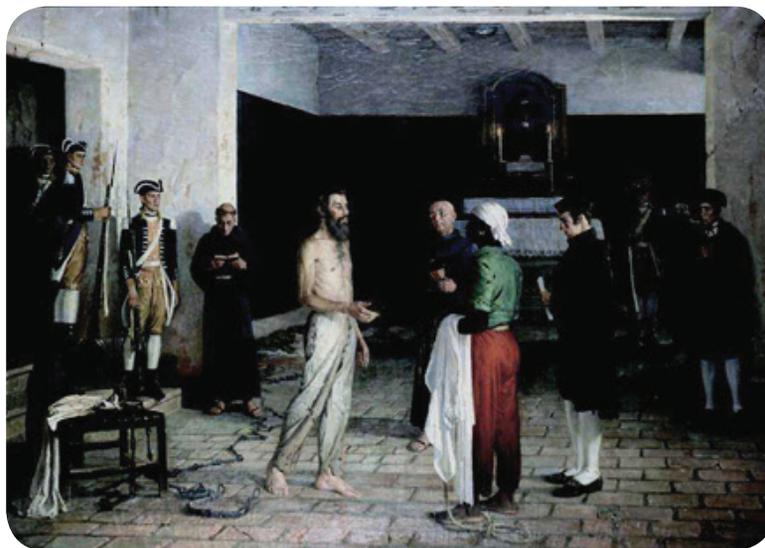


Martírio de Tiradentes, óleo sobre tela de Francisco Aurélio de Figueiredo e Melo (1854 — 1916).

Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Figueiredo-MHN-Tiradentes.jpg>

Acessado em: 07/01/ 2013.

Imagem 4



Pintura: Rafael Falco (Oran, 1885- São Paulo 1967) óleo sobre tela, 70 x 55 cm. Museu da Câmara dos Deputados, Brasília.
Disponível em: <http://peregrinacultural.wordpress.com/2011/05/30/raphael-gaspar-falco-pintor-brasileiro-alguem-tem-mais-informacoes/> Acessado em: 07/01/ 2013, às 16:00.

2ª Etapa:

Discutir letra da música Exaltação a Tiradentes, cantada por Elis Regina.

Exaltação de Tiradentes

Joaquim José da Silva Xavier

Morreu a vinte e um de abril

Pela independência do Brasil

Foi traído e não traiu jamais

A Inconfidência de Minas Gerais

Foi traído e não traiu jamais

A Inconfidência de Minas Gerais

Joaquim José da Silva Xavier

Era o nome de Tiradentes

Foi sacrificado pela nossa liberdade

Este grande herói

Disponível em: <http://letras.mus.br/elis-regina/45672/> Acessado em: 07/01/ 2013, às 15:55.

3ª Etapa:

Leitura e discussão do trecho do livro “A formação das almas” de José Murilo de Carvalho sobre a figura de Tiradentes

“A falta de uma identidade republicana e a persistente emergência de visões conflitantes ajudam também a compreender o êxito da figura de herói personificada em Tiradentes. O herói republicano por excelência é ambíguo, multifacetado, esquartejado. Disputam-no várias correntes; ele serve à direita, ao centro e à esquerda. Ele é o Cristo e o herói cívico; é o mártir e o libertador; é o civil e o militar; é o símbolo da pátria e o subversivo. A iconografia reflete as hesitações. Com barba ou sem barba, com túnica ou de uniforme, como condenado ou como alferes, contrito ou rebelde: é a batalha por sua imagem, pela imagem da República. Ele se mantém como herói republicano por conseguir absorver todas essas fraturas, sem perder a identidade. Ao seu lado, apesar dos desafios que surgem nas novas correntes religiosas, talvez seja ainda a imagem da Aparecida a que melhor consiga dar um sentido de comunhão nacional a vastos setores da população. Um sentido que, na ausência de um civismo republicano, só poderia vir de fora do domínio da política. Tiradentes esquartejado nos braços da Aparecida: eis o que seria a perfeita pietá cívico-religiosa brasileira. A nação exibindo, aos pedaços, o corpo de seu povo que a República ainda não foi capaz de reconstruir” (CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas. O imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p. 141-2).

Aspectos pedagógicos

Você professor poderá, entre outras possibilidades, instigar os alunos a refletirem criticamente sobre a construção de heróis nacionais através da leitura do texto, da música e da análise da imagem.

A análise das imagens mostram como Tiradentes foi sendo representado como um herói com aspecto religioso, mártir, libertador, muito parecido em imagem com a própria figura de Cristo. Você poderá instigar os alunos a essa reflexão através da análise da composição das cenas:

1. Na imagem 1, você poderá destacar a presença da Cruz e a associação direta de Tiradentes com a figura de Cristo através dessa presença.
2. Na imagem 2, você poderá destacar a representação de um Tiradentes armado, pronto para lutar contra sua prisão, numa demonstração de coragem.
3. Na imagem 3, a composição da pintura de baixo para cima dá a impressão de que o apreciador da tela é espectador da cena. Além disso, você pode destacar a presença do homem negro – escravo – no plano de fundo, que demonstra consternação com a execução. Pode destacar também a representação de Tiradentes, bastante parecida com Cristo.
4. Na imagem 4, mais uma vez, a representação de Tiradentes se associa a de Cristo.

A análise da música mostra a questão da traição de Tiradentes, que também pode ser abordada. Nesse sentido, a religiosidade brasileira estimulou a construção de um herói martirizado: Tiradentes era mártir ideal, por ter sido traído por Silvério amigo pessoal, o novo Judas.

Já através do texto historiográfico, você poderá definir a importância da construção de heróis e símbolos da pátria, relacionando o estudo à seção 1, da formação da identidade nacional. Para isso poderá usar a definição de José Murilo de Carvalho, que diz, em seu livro “A formação das almas”, que heróis são símbolos poderosos, encarnações de ideias e aspirações, pontos de referência, fulcros de identificação, coletiva; instrumentos eficazes para atingir a cabeça e o coração dos cidadãos a serviço da legitimação de regimes políticos. Um herói tem de ter a cara da nação. Tem de responder à alguma necessidade ou aspiração coletiva, refletir algum tipo de personalidade ou de comportamento que corresponda a um modelo valorizado.

Assim, a análise de imagens, música e texto pode auxiliar os alunos a compreender que a formação da identidade nacional passa pela construção de símbolos nacionais e de heróis – inclusive nos dias de hoje através, por exemplo, do futebol e da mitificação de jogadores através da mídia.



A Catalunha: uma luta pela independência nos dias atuais

Tipo de atividade:

Análise de matérias de jornais atuais sobre a questão da independência

Material necessário:

Projetor

Divisão da turma

Não é necessária a divisão da turma

Aspectos operacionais

Os alunos lerão a matéria projetada no quadro. A leitura servirá como ponto de partida para a discussão do conceito de independência nacional, sua importância e atualidade.

O modelo reduzido da implosão europeia

2 outubro 2012



A austeridade orçamental aplicada com zelo por Madrid acelerou as tendências independentistas em Barcelona. Em pleno braço de ferro económico e fiscal com o Governo central, a Catalunha ameaça destruir o equilíbrio social e regional sobre o qual se baseou a Espanha democrática.

José Manuel Pureza

Pela quinta vez na História, a Catalunha tem diante de si o horizonte da independência. Há um lado fundo e outro circunstancial nesta viragem da Catalunha para a emancipação de Madrid. O Estado espanhol é uma criação política, apoiada sobre uma malha de acordos que têm garantido a permanência de hegemonias económicas e sociais, que se sobrepôs a uma pluralidade de nações com identidade própria e com muita História às costas. A fragilidade desta construção foi obviada em 1978 com uma transação constitucional entre nacionalismos e centralismo – as autonomias foram a fórmula institucional e jurídica do negócio.

Mas o negócio em si foi outro: torneira generosa de canalização de recursos para as comunidades autónomas, obra feita, modernização, futuro. Enquanto houve dinheiro para investimentos que consolidassem a dominação tranquila das elites locais, o arranjo funcionou. A direita nacional e local deu expressão emblemática a esse estado de alma: quando Aznar proclamava na Moncloa «a Espanha vai bem», Jordi Pujol acrescentava no Palácio da Generalitat «e a Catalunha vai melhor».

E é aqui que entra a circunstância. 822 000 desempregados e 22 meses de cortes sucessivos nas políticas sociais pela mão do Governo da CiU juntaram-se, como gasolina em fogueira, ao bloqueamento do financiamento das autonomias pelo Estado central, em virtude de uma revisão da constituição espanhola feita em velocidade supersônica por ordem de Berlim e Bruxelas e obedientemente cumprida pelos prestimosos intérpretes locais do costume: Partido Popular e PSOE, os mesmos que agora invocam a intocabilidade da constituição quando se trata de admitir que o povo catalão possa, em referendo, exprimir o seu direito à autodeterminação.

Centro dessa revisão constitucional, o novo pacto fiscal entre Madrid e as autonomias, constitui, na sua obsessão pela austeridade, um verdadeiro monumento à falta de bom senso político. Fazer tábua rasa dos impactos explosivos que o corte abrupto de financiamento público inevitavelmente causaria no relacionamento entre o Estado central e as comunidades autónomas, é prova de uma total irresponsabilidade política. Em Espanha como em Portugal ou na Grécia, o pirómano berlinense e os seus agentes locais deitaram fogo em todos os equilíbrios sociais e pouco lhes importa se assim se libertarem os demónios mais indesejáveis – tudo deve ser imolado no altar da deusa austeridade.

Visto da Catalunha

“O comboio catalão desliza demasiado rápido para se poder parar”

Na Catalunha, a hipótese de separação desta região de Espanha não é vista necessariamente como uma catástrofe, tal como sublinha o editoralista Fernando Ónega no diário de Barcelona *La Vanguardia*:

Quando um parlamento se revolta e exige uma consulta popular para iniciar a transição nacional e o governo do Estado anuncia a sua intenção de impedir, estão criadas as bases de um conflito. E acrescento: quando os jornais na Catalunha falam de direito democrático e as agitadas correntes de opinião de Madrid falam em uma “atitude louca [do governador da Catalunha, Artur] Mas”, o conflito não se limita aos políticos, mas já contagiou a sociedade.

A questão é pois conduzir a transição evitando a colisão frontal entre os dois comboios. [...] Com este cenário, o senhor Mas compromete-se a efetuar o referendo, embora [o primeiro-ministro Mariano] Rajoy o não autorize; e

nesse momento, o exercício da democracia transformar-se-á em um desafio. Num braço de ferro. E que ninguém tenha dúvidas em Madrid: é impossível, ou muito difícil, fazer marcha atrás. [...] O que não sei é se será demasiado tarde. O comboio catalão desliza demasiado rápido para se poder parar.

Matéria disponível em: <http://www.presseurop.eu/pt/content/article/2798501-o-modelo-reduzido-da-implosao-europeia> Acessado em 7/01/2013, às 11:23.

Independência futebolística catalã e suas contradições



Manifestação nacionalista catalã em Barcelona
02/01/2013 às 17:04, por [Ubiratan Leal]

Cresce na Catalunha o movimento de separação definitiva do resto da Espanha. Jogos do Barcelona se transformaram em espaço para diversas manifestações independentistas. E aumenta a sensação de que é o movimento natural e justo para um povo poder ter sua autonomia, sua seleção nacional de futebol e seu campeonato. Seu campeonato? Será?

Há muitas contradições e muitos mitos em torno do separatismo catalão. A imagem que chega ao Brasil é a das manifestações na rua e a da torcida dos jogos contra o Real Madrid, mas é ingenuidade achar que toda a Catalunha se manifesta ali. E, convenhamos, para muita gente que vê de fora, soa simpática a causa de uma região que foi oprimida por décadas e agora quer mandar em si própria. É fácil querer acreditar naquilo.

Opinião pública

Demonstrações públicas muitas vezes crescem de acordo com o embalo, o momento. Em um Barcelona x Real Madrid, mostrar-se pró-Catalunha não é apenas uma manifestação política, é um modo de intimidar o time rival para tentar um resultado positivo no futebol. Até porque a torcida do Barcelona é esmagadora maioria na Catalunha, mas muitos deles não são tão partidários da independência como parecem. Uma coisa é o que ocorre no estádio, outra é no momento de pensar de verdade na política.

O apoio à independência não é tão grande quanto parece na Catalunha. Dos grandes jornais que realizaram pesquisa sobre o tema em setembro (época em que a crise econômica bateu forte na região), apenas o La Vanguardia (com sede em Barcelona e de bom nível editorial, mas considerado nacionalista) dá vantagem significativa aos separatistas: 84% dos catalães são favoráveis a um referendo e 55% disseram que votariam a favor da separação (33,5% seriam contra).

Segundo uma pesquisa do El País (um dos melhores jornais do mundo) realizada em setembro de 2012, 43% dos catalães querem a independência e 41% preferem seguir como parte da Espanha. Empate técnico. Neste mesmo levantamento, 57% dos catalães consideram que a situação econômica da região não é tão grave e é possível chegar a um “acordo de convivência” com o resto da Espanha. E 49% acreditam que Artur Mas, presidente da Catalunha, realizou comícios de teor nacionalista para desviar os focos de sua administração desastrosa.

O jornal La Razón tem números ainda menos contundentes. De acordo com uma pesquisa, também realizada em setembro, 59,4% dos catalães consideram que, diante da grave situação econômica da região, não é o momento de discutir a independência da Catalunha. Aliás, 39,9% dos entrevistados chamaram o discurso separatista de Mas de “irresponsável”.

Dá para entender porque tantos catalães não acham ruim seguir com os espanhóis. Ainda que a Catalunha seja uma das regiões mais ricas da Espanha, parte dessa condição se deve ao fato de ela fazer parte de um país maior, em que outras regiões consomem o que ela produz. Uma tentativa de independência poderia isolar os catalães, que dependeriam da reação da Espanha para várias coisas, como entrada de seus produtos no antigo país e aceitação na União Europeia.

O futebol

O modo como o futebol, e sobretudo o Barcelona, foi usado por pessoas ligadas a grupos políticos nacionalistas é notório. Joan Laporta usou o período como presidente blaugrana para projetar sua imagem como líder do catalanismo. Em 2010, logo após deixar o clube, o advogado fundou o partido Democràcia Catalana, que tem quatro cadeiras entre as 135 do parlamento da região. [...]

Por isso, talvez a solução mais adequada, sem preconceito ou ideias distorcidas para cada lado, seja seguir os 57% dos entrevistados pelo El País que acham possível chegar a um “acordo de convivência” com o resto da Espanha.

- Matéria completa disponível em: <http://trivela.uol.com.br/blog/ubiratanices/independencia-futebolistica-catala-e-suas-contradicoes/> Acessado em 7/01/2013, às 11:27.

Aspectos pedagógicos

Após a projeção e a leitura com a turma da matéria selecionada para abordar a luta catalã pela independência, você poderá, entre outras possibilidades, levantar questões que já foram abordadas em seções anteriores, o que reforçará o conteúdo estudado, como:

- A diferença entre Nação e Estado. O que é, afinal, ser uma nação?
- Quais elementos definem a identidade de uma Nação? Quais elementos definem a identidade catalã? (Aqui você poderá estimular os alunos a traçarem uma comparação com a formação da identidade brasileira já discutida na seção 1 deste módulo)
- Como a questão da nacionalidade se desenvolveu na Catalunha? Por que os catalães lutam por independência?

Avaliação



Lutas pela emancipação política: ontem e hoje

Tipo de atividade:

Lutas pela Independência no Brasil: Inconfidência Mineira e Conjuração Baiana

Material necessário:

Computador com acesso a internet ou uma Biblioteca

Divisão da turma:

Duplas – uma dupla por computador

Aspectos operacionais

Solicitar que, em dupla, os alunos façam uma pesquisa e tracem aspectos de comparação através de pesquisa na internet:

Comparar os movimentos emancipatórios da época da Inconfidência Mineira e da Conjuração Baiana.

Identificar os grupos sociais que participam dessas reivindicações por independência.

Identificar o resultado de cada uma dessas reivindicações.

Qual a noção de liberdade presente em cada uma dessas manifestações?

Aspectos pedagógicos

Depois da pesquisa, você poderá pedir que os grupos façam uma tabela comparativa dividida em colunas (Inconfidência Mineira, Conjuração Baiana). Os alunos deverão preenchê-la através de pesquisa na internet, livro e/ ou caderno.

	Inconfidência Mineira	Conjuração Baiana
Período histórico / tempo de duração		
Principais líderes		
Principais ideias		
Principais símbolos da luta		
Grupos sociais que participam		
Objetivo político		
Resultado político		



Resolvendo ENEM

Tipo de atividade:

Questões objetivas

Material necessário:

Questões do ENEM impressas ou projetadas.

Aspectos operacionais

Os alunos resolverão as questões individualmente, por escrito.

Aspectos pedagógicos

Você comentará todas as opções, observando porque aquela alternativa está correta ou não, possibilitando ao aluno observar as suas próprias anotações, bem como as que ele deixou de registrar. Você poderá abrir espaço para comentários dos alunos sobre as questões.

Questão 60 - prova branca

(ENEM-2001) Os textos referem-se à integração do índio à chamada civilização brasileira.

I – “Mais uma vez, nós, os povos indígenas, somos vítimas de um pensamento que separa e que tenta nos eliminar cultural, social e até fisicamente. A justificativa é a de que somos apenas 250 mil pessoas e o Brasil não pode suportar esse ônus. (...) É preciso congelar essas idéias colonizadoras, porque elas são irreais e hipócritas e também genocidas. (...) Nós, índios, queremos falar, mas queremos ser escutados na nossa língua, nos nossos costumes.”

Marcos Terena, presidente do Comitê Intertribal Articulador dos Direitos Indígenas na ONU e fundador das Nações Indígenas, Folha de S. Paulo, 31 de agosto de 1994.

II – “O Brasil não terá índios no final do século XXI (...) E por que isso? Pela razão muito simples que consiste no fato de o índio brasileiro não ser distinto das demais comunidades primitivas que existiram no mundo. A história não é outra coisa senão um processo civilizatório, que conduz o homem, por conta própria ou por difusão da cultura, a passar do paleolítico ao neolítico e do neolítico a um estágio civilizatório.”

Hélio Jaguaribe, cientista político, Folha de S. Paulo, 2 de setembro de 1994.

Pode-se afirmar, segundo os textos, que:

(A) tanto Terena quanto Jaguaribe propõem idéias inadequadas, pois o primeiro deseja a aculturação feita pela “civilização branca”, e o segundo, o confinamento de tribos.

(B) Terena quer transformar o Brasil numa terra só de índios, pois pretende mudar até mesmo a língua do país, enquanto a idéia de Jaguaribe é anticonstitucional, pois fere o direito à identidade cultural dos índios.

(C) Terena compreende que a melhor solução é que os brancos aprendam a língua tupi para entender melhor o que dizem os índios. Jaguaribe é de opinião que, até o final do século XXI, seja feita uma limpeza étnica no Brasil.

(D) Terena defende que a sociedade brasileira deve respeitar a cultura dos índios e Jaguaribe acredita na inevitabilidade do processo de aculturação dos índios e de sua incorporação à sociedade brasileira.

(E) Terena propõe que a integração indígena deve ser lenta, gradativa e progressiva, e Jaguaribe propõe que essa integração resulte de decisão autônoma das comunidades indígenas.

Resposta D

Seção 4

O Brasil Imperial

Páginas no material do aluno

177 a 181



Fazer-se brasileiro? A construção social do Estado brasileiro e da identidade nacional

Tipo de atividade:

Análise de fontes escritas

Material necessário:

Recursos multimídia (*datashow*) ou material impresso reproduzido, quadro branco e pincel

Divisão da turma:

A turma poderá ser dividida em grupos de três a cinco alunos

Tempo estimado: 60 minutos

Aspectos operacionais

O professor deverá apresentar para os grupos, os materiais impressos sugeridos. E em seguida, propor que cada grupo identifique na constituição de 1824, os pontos apresentados no texto “Os designativos de cor após a constituição de 1824” de Iara de Oliveira Maia.

Aspectos pedagógicos

Dentre outras possibilidades sugerimos que os alunos observem nos textos os seguintes tópicos:

1. A questão da cidadania

A Constituição jurada em 25 de março de 1824 na catedral do Rio de Janeiro se destacou, dentre outros

fatores, ao revogar o dispositivo colonial da “mancha de sangue” contra os afrodescendentes, considerando cidadãos brasileiros todos os homens livres nascidos no Brasil.

Dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

2. A naturalização dos estrangeiros

Vale dizer, que também considerou como brasileiros, os portugueses que tivessem permanecido no país após a Independência e que tivessem aderido à “causa do Brasil”, e os estrangeiros naturalizados. Desta forma, estavam excluídos do direito de ser cidadão brasileiro, os escravos e os libertos africanos.

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residência.

3. A questão do voto

(...) Contudo, de acordo com Hebe Mattos, a igualdade de direitos reconhecida pela Constituição, não foi estendida a todos os cidadãos, uma vez que estes foram diferenciados a partir de direitos políticos por meio de critérios censitários entre: cidadãos passivos e cidadãos ativos. Ou seja, possuíam acesso a todos os direitos apenas aqueles que tivessem renda suficiente para participar diretamente do jogo eleitoral. (...).

Caso o professor considere pertinente, poderá também apresentar estas questões na atual Constituição brasileira, solicitando aos grupos que apontem as diferenças e semelhanças entre as duas Constituições apresentadas, no caso a de 1824 e a de 1988.

TEXTO 1

Os designativos de cor após a constituição de 1824: Mariana (1824-1850). Por: Iara de Oliveira Maia. Disponível em: http://www.seminariojals.ufop.br/iara_de_oliveira_maia.pdf (Acesso em: 07/01/2013, 11h).

A Constituição Imperial de 1824, outorgada por D. Pedro I, ficou em vigor durante todo o período imperial até ser substituída em 1891 pela primeira constituição republicana. Aquela Constituição, de acordo com alguns autores, estabeleceu as bases da estrutura política e do funcionamento do Império brasileiro e de suas principais instituições. A Constituição jurada em 25 de março de 1824 na catedral do Rio de Janeiro se destacou, dentre outros fatores, ao revogar o dispositivo colonial da “mancha de sangue” contra os afrodescendentes, considerando cidadãos brasileiros todos os homens livres nascidos no Brasil. Vale dizer, que também considerou como brasileiros, os portugueses que tivessem permanecido no país após a Independência e que tivessem aderido à “causa do Brasil”, e os estrangeiros naturalizados. Desta forma, estavam excluídos do direito de ser cidadão brasileiro, os escravos e os libertos africanos. Contudo, de acordo com Hebe Mattos, a igualdade de direitos reconhecida pela Constituição, não foi estendida a todos os cidadãos, uma vez que estes foram diferenciados a partir de direitos políticos por meio de critérios censitários entre: cidadãos passivos e cidadãos ativos. Ou seja, possuíam acesso a todos os direitos apenas aqueles que tivessem renda suficiente para participar diretamente do jogo eleitoral. (...). Deste modo, a definição de cidadania inscrita na Constituição de 1824, deu suporte considerável à escravidão no Império do Brasil não apenas por separar os negros e mulatos, nascidos em território nacional, dos africanos, mas também por fornecer argumentos para a manutenção do tráfico negreiro. Assim, se legitimavam as hierarquias sociais e raciais no Brasil, baseadas na escravidão.

TEXTO 2

Constituição de 1824. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm (Acesso em: 04/01/2013, 16h00).

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos
CONSTITUIÇÃO POLITICA DO IMPERIO DO BRAZIL (DE 25 DE MARÇO DE 1824)
EM NOME DA SANTISSIMA TRINDADE.

TITULO 1º

Do Imperio do Brazil, seu Territorio, Governo, Dynastia, e Religião.

Art. 1. O IMPERIO do Brazil é a associação Política de todos os Cidadãos Brasileiros. Elles formam uma Nação livre, e independente, que não admitte com qualquer outra laço algum de união, ou federação, que se oponha á sua Independencia.

(...).

TITULO 2º

Dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 6. São Cidadãos Brasileiros

I. Os que no Brazil tiverem nascido, quer sejam ingenuos, ou libertos, ainda que o pai seja estrangeiro, uma vez que este não resida por serviço de sua Nação.

(...).

IV. Todos os nascidos em Portugal, e suas Possessões, que sendo já residentes no Brazil na época, em que se proclamou a Independencia nas Provincias, onde habitavam, adheriram á esta expressa, ou tacitamente pela continuação da sua residencia.

V. Os estrangeiros naturalizados, qualquer que seja a sua Religião. A Lei determinará as qualidades precisas, para se obter Carta de naturalisação.

Art. 7. Perde os Direitos de Cidadão Brasileiro

I. O que se nataralisar em paiz estrangeiro.

II. O que sem licença do Imperador aceitar Emprego, Pensão, ou Condecoração de qualquer Governo Estrangeiro.

III. O que for banido por Sentença.

Art. 8. Suspende-so o exercicio dos Direitos Politicos

I. Por incapacidade physica, ou moral.

II. Por Sentença condemnatoria a prisão, ou degredo, emquanto durarem os seus effeitos.

TITULO 3º

CAPITULO VI.

Das Eleições.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

I. Os Cidadãos Brasileiros, que estão no gozo de seus direitos politicos.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

Art. 92. São excluidos de votar nas Assembléas Parochiaes.

I. Os menores de vinte e cinco annos, nos quaes se não comprehendem os casados, e Officiaes Militares, que forem maiores de vinte e um annos, os Bachares Formados, e Clerigos de Ordens Sacras.

(...).

III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os Guardalivros, e primeiros caixeiros das casas de commercio, os Criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas ruraes, e fabricas.

IV. Os Religiosos, e quaesquer, que vivam em Commuidade claustral.

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

(...).

Art. 94. Podem ser Eleitores, e votar na eleição dos Deputados, Senadores, e Membros dos Conselhos de Provincia todos, os que podem votar na Assembléa Parochial. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem de renda liquida annual duzentos mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou emprego.

II. Os Libertos.

III. Os criminosos pronunciados em queréla, ou devassa.

Art. 95. Todos os que podem ser Eleitores, abeis para serem nomeados Deputados. Exceptuam-se

I. Os que não tiverem quatrocentos mil réis de renda liquida, na fórma dos Arts. 92 e 94.

II. Os Estrangeiros naturalizados.

III. Os que não professarem a Religião do Estado.

(...).

TITULO 8º

Das Disposições Geraes, e Garantias dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

I. Nenhum Cidadão pôde ser obrigado a fazer, ou deixar de fazer alguma cousa, senão em virtude da Lei.

IV. Todos podem communicar os seus pensamentos, por palavras, escriptos, e publical-os pela Imprensa, sem dependencia de censura; com tanto que hajam de responder pelos abusos, que commetterem no exercicio deste Direito, nos casos, e pela fórma, que a Lei determinar.

V. Ninguem pôde ser perseguido por motivo de Religião, uma vez que respeite a do Estado, e não offenda a Moral Publica.

(...).

VII. Todo o Cidadão tem em sua casa um asylo inviolavel. De noite não se poderá entrar nella, senão por seu consentimento, ou para o defender de incendio, ou inundaçãõ; e de dia só será franqueada a sua entrada nos casos, e pela maneira, que a Lei determinar.

VIII. Ninguem poderá ser preso sem culpa formada, excepto nos casos declarados na Lei; e nestes dentro de vinte e quatro horas contadas da entrada na prisão, sendo em Cidades, Villas, ou outras Povoações proximas aos logares da residencia do Juiz; e nos logares remotos dentro de um prazo razoavel, que a Lei marcará, attenta a extensão do territorio, o Juiz por uma Nota, por elle assignada, fará constar ao Réo o motivo da prisão, os nomes do seu accusador, e os das testermunhas, havendo-as.

IX. Ainda com culpa formada, ninguém será conduzido á prisão, ou nella conservado estando já preso, se prestar fiança idonea, nos casos, que a Lei a admitte: e em geral nos crimes, que não tiverem maior pena, do que a de seis mezes de prisão, ou desterro para fóra da Comarca, poderá o Réo livrar-se solto.

X. A' excepção de flagrante delicto, a prisão não póde ser executada, senão por ordem escripta da Autoridade legitima. Se esta fôr arbitraria, o Juiz, que a deu, e quem a tiver requerido serão punidos com as penas, que a Lei determinar.

(...).

XXIV. Nenhum genero de trabalho, de cultura, industria, ou commercio póde ser prohibido, uma vez que não se opponha aos costumes publicos, á segurança, e saude dos Cidadãos.

(...).

XXX. Todo o Cidadão poderá apresentar por escripto ao Poder Legislativo, e ao Executivo reclamações, queixas, ou petições, e até expôr qualquer infracção da Constituição, requerendo perante a competente Auctoridade a effectiva responsabilidade dos infractores.

(...).

XXXII. A Instrucção primaria, e gratuita a todos os Cidadãos.

(...).

TEXTO 3

CAPITULO VI.

Das Eleições.

Art. 91. Têm voto nestas Eleições primarias

(...).

V. Os que não tiverem de renda liquida annual cem mil réis por bens de raiz, industria, commercio, ou Empregos.

Em 1988:

CAPÍTULO III

DA NACIONALIDADE

Art. 12. São brasileiros:

I - natos:

a) os nascidos na República Federativa do Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;

b) os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;

c) os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 54, de 2007)

II - naturalizados:

a) os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral;

b) os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de quinze anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

§ 1º Aos portugueses com residência permanente no País, se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos nesta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional de Revisão nº 3, de 1994)

CAPÍTULO IV

DOS DIREITOS POLÍTICOS

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I - plebiscito;

II - referendo;

III - iniciativa popular.

§ 1º - O alistamento eleitoral e o voto são:

I - obrigatórios para os maiores de dezoito anos;

II - facultativos para:

a) os analfabetos;

b) os maiores de setenta anos;

c) os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.

§ 2º - Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

§ 3º - São condições de elegibilidade, na forma da lei:

I - a nacionalidade brasileira;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

§ 4º - São inelegíveis os inalistáveis e os analfabetos.

Constituição de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acessado em 05/12/2012, às 03h07min.



Relações de trabalho escravo e conflitos políticos no Brasil Império: Quantas identidades cabem em um projeto de Nação?

Tipo de atividade:

Análise de fontes escritas

Material necessário:

Os textos deverão ser impressos e compartilhados com os alunos; Quadro branco e pincel.

Aspectos operacionais

O professor deverá compartilhar os textos, referentes a cada temática com cada um dos grupos, e sistematizar as questões principais que definem cada movimento social. Há saber: a Cabanagem, a Sabinada, a Balaiada e a Revolução Farroupilha.

Juntamente com o professor, os alunos deverão construir um quadro comparativo onde seja possível estabelecer as relações de proximidade e diferenças entre um movimento e outro. Cada equipe ficará responsável pela leitura do material referente a cada uma das Revoltas.

Aspectos pedagógicos

A partir de textos impressos, o professor poderá refletir sobre os movimentos sociais revoltosos que demarcaram o processo de constituição da monarquia brasileira. Além disso, poderá alertar os alunos sobre movimentos sociais, a importância e o poder de organização das classes populares.

TEXTO 1

Cabanagem (1835-1840):

1.1. Comércio corrente: O regatão do século XIX abastecia ribeirinhos da Amazônia. De quebra, dava guarida a escravos fugidos. Por Siméia de Nazaré Lopes. In: *Revista de História da Biblioteca Nacional*. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos-revista/comercio-corrente> (Acesso em 05/01/2012, 10h).

Perfurações de bala nas paredes das construções em Belém e plantações abandonadas compunham um cenário desolador na província do Pará. Eram as marcas da Cabanagem (1835-1840), revolta popular que abalou as atividades comerciais e a vida social tanto na cidade como no campo, testemunhadas pelo naturalista inglês Henry Walter Bates (1825-1892) em visita ao Brasil em 1848. Diante do panorama sombrio, a economia local tratava de se reerguer. A recuperação veio de um lugar bastante familiar para a população ribeirinha: as águas da Amazônia. Rios, igarapés e lagos eram locais de trabalho de vendedores itinerantes que realizavam um pequeno comércio, o chamado regatão. Canoas e outros tipos de embarcação tornaram-se verdadeiros armazéns flutuantes, levando os mais variados produtos para moradores ribeirinhos. As mercadorias chegavam pelos rios da região, como Acará, Anajás, Moju, Capim, Guamá, Maguari, Tocantins e Xingu. A população do interior dependia desses pequenos comerciantes, que se abasteciam nos portos das cidades fluviais e faziam chegar às povoações remotas um pouco de tudo. Tecidos, bebidas, ferragens, cereais, paneiros (cestos) de farinha, quinino – remédio para tratar malária – são apenas alguns exemplos do que era vendido. (...).

1.2. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840. Por: Magda Ricci. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v11n22/v11n22a02.pdf> (Acesso em: 05/01/2013, 13h20min).

A revolução social dos cabanos que explodiu em Belém do Pará, em 1835, deixou mais de 30 mil mortos e uma população local que só voltou a crescer significativamente em 1860. Este movimento matou mestiços, índios e africanos pobres ou escravos, mas também dizimou boa parte da elite da Amazônia. O principal alvo dos cabanos era os brancos, especialmente os portugueses mais abastados. A grandiosidade desta revolução extrapola o número e a diversidade das pessoas envolvidas. Ela também abarcou um território

muito amplo. Nascida em Belém do Pará, a revolução cabana avançou pelos rios amazônicos e pelo mar Atlântico, atingindo os quatro cantos de uma ampla região. Chegou até as fronteiras do Brasil central e ainda se aproximou do litoral norte e nordeste. Gerou distúrbios internacionais na América caribenha, intensificando um importante tráfico de ideias e de pessoas. (...). Toda a chacina populacional da Cabanagem, entre 1835 e 1840, deixou um trauma local e um vazio de explicações. Só depois de 1865 este movimento começou a ser estudado de forma mais sistemática. (...).

Questões a serem observadas: As relações do homem com a terra, com os rios, e perceber as distinções com os projetos políticos dos centros urbanos. Os conflitos com o Estado, demarcados a partir das tarifações que incidiam sobre as práticas comerciais.

Questões a serem levantadas pelo professor: Até que ponto o processo de modernização interfere nas relações do homem com a terra, do homem com o coletivo?

Texto 2

Sabinada (1837-1838):

1.3. A república suicida: A controversa República Bahiense mantinha laços estreitos com a monarquia. Por: Hendrik Kraay. In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/artigos/a-republica-suicida> (Acesso em: 05/01/2012, 10h10min).

Durante uma reunião tumultuada no dia 7 de novembro de 1837, a Câmara Municipal da cidade do Salvador declarou a Bahia “inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro”. Foi o começo da Sabinada, uma efêmera experiência republicana que durou somente quatro meses. Os rebeldes militares e civis que tomaram a cidade e expulsaram o governo provincial pareciam ser republicanos. Prometeram convocar uma assembleia constituinte e elegeram um presidente e um vice-presidente. (...) Nas suas proclamações, o governo rebelde queixava-se da preponderância política do Rio de Janeiro, batia na tecla da lusofobia e enfatizava seu amor à ordem. Prometia proteger a propriedade privada, a escravidão, a lei, a monarquia e o altar. As proclamações terminavam com vivas à Igreja, ao jovem imperador, à independência baiana (durante a menoridade), à liberdade, à liberdade da Bahia e às tropas heróicas. (...) A independência temporária durou pouco mais de quatro meses. Assediados pelas tropas imperiais, os rebeldes não conseguiram resistir. A derrota foi um massacre. Mais de mil rebeldes – em sua maioria homens de cor – morreram contra apenas quarenta soldados legalistas nos três dias de combate em março. (...).

1.4. Sabinadas. Por: Daniel Afonso da Silva. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v22n63/v22n63a24.pdf> (Acesso em: 05/01/2013, 13h40min).

No plano revolucionário apresentado pelos rebeldes no dia 7 de novembro, constava a seguinte determinação: ‘A província da Bahia fica inteira e perfeitamente desligada do governo denominado central do Rio de Janeiro’. Quatro dias depois, dia 11, essa determinação sofreu reparo que propunha a necessidade de “considerar-se a Independência somente até a maioria do Imperador o Sr. D. Pedro 2º. (...)”. No “Plano e Fim Revolucionário” – documento encontrado na matula de Francisco Sabino quando preso no dia 22 de março de 1838, sete dias após o fim da revolta separatista baiana – constava a seguinte advertência: “Esta Província deve se por a salvo dos golpes do partido e facção aristocrática-portuguesa”. Se essa premissa compunha o ideário dos revolucionários baianos de 1837, o que é quase indubitável, o elemento principal da revolta era contestar, aniquilar a estrutura de dominação do passado, o vício que se fazia presente na Bahia e obstruía a perpetuação da “virtude”. A via pela qual isso iria se processar – fosse republicana, separatista, antimonarquista, federalista, unionista, nacional e imperialista – poderia até ser assunto expressivo. Mas não era o essencial. Observe-se que, quando o movimento se viu esgotado, o general Sérgio José Velloso, comandante em chefe das forças revolucionárias e responsável pela rendição do grupo, expressou isso com muita clareza ao informar que os rebeldes se entregavam para “evitar de uma vez o derramamento de

sangue brasileiro". Ou seja, os rebeldes se consideravam brasileiros e virtuosos e desejavam a contemplação plena dessa sua condição que a recorrência do passado, leia-se o "partido e facção aristocrática-portuguesa", obstava concretizar. Reconstituir a revolta baiana por um diapasão sedento de mais história, certamente, ajudará a preencher o vazio de História que acomete a sua explicação e a conferir maior inteligibilidade às histórias da Bahia e do Brasil do período.

Questões a serem observadas: As relações de proximidade entre as diversas rebeliões populares surgidas ao longo do Império brasileiro. Perceber o lugar dos "homens de cor" no processo constitutivo da Nação brasileira, e as desigualdades sociais afirmadas como condição de existência do regime monárquico.

Questões a serem levantadas pelo professor: O que impulsionava projetos alternativos de Independência? Quais imagens de povo e Nação eram projetadas por grupos outros que não os representantes do poder monárquico? De que forma, conhecer a história dos movimentos de revolta do Brasil imperial nos ajuda a pensar o nosso presente?

Texto 3

Balaiada (1838-1841):

1.5. A Balaiada. Por: Marcos Alberto Ricardo. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=206> (Acesso em: 05/01/2013, 10h30min).

A "revolta dos balaios" – ocorrida no Maranhão durante o período de 1830 a 1841 – resultou em mais uma manifestação do processo de crise por que passava a sociedade brasileira durante o período regencial. Na época do movimento, a província contava com aproximadamente 200 mil homens, dos quais 90.000 eram escravos e outra grande parte formada de sertanejos ligados à lavoura ou à pecuária. Herdando uma estrutura social gerada, em fins da época colonial na produção do algodão, a região encontrava-se, nesse momento, econômica e socialmente instável. A produção algodoeira, fundando-se apenas em razão de condições internacionais - guerra de Independência dos Estados Unidos, Revolução Industrial etc. -, declinou paralelamente ao desaparecimento dos acontecimentos externos favoráveis à economia exportadora.

1.6. Balaiada: a guerrilha sertaneja. Por: Claudete Maria Miranda Dias. Disponível em: <http://r1.ufrj.br/esa/art/199511-073-088.pdf> (Acesso em: 05/01/2013, 14h).

A Balaiada foi um movimento social ocorrido no Piauí, Maranhão e Ceará, do final de 1838 a fins de 1841. De um lado, grandes proprietários de terra e de escravos, autoridades provinciais e comerciantes; de outro, vaqueiros, artesãos, lavradores, escravos e pequenos fazendeiros (mestiços, mulatos, sertanejos, índios e negros) sem direito à cidadania e acesso à propriedade da terra, dominados e explorados por governos clientelistas e autoritários formados pelas oligarquias locais que ascenderam ao poder político com a "proclamação da independência" do país. (...)O período que vai de 1831 a 1840-41, conhecido como Regencial, é marcado pela deposição de D. Pedro I e por forte instabilidade política nas Províncias. Considerado pelo historiador Caio Prado Jr. como uma etapa da evolução do movimento pela Independência, ele marca também a organização do Estado Nacional: "a superestrutura política do Brasil Colônia já não correspondendo ao estado das forças produtivas e à infraestrutura econômica do país, se rompe, para dar lugar a outras formas mais adequadas às novas condições econômicas capazes de conter sua evolução" (PRADO JR., 1979: 47). No Grão-Pará, Piauí, Maranhão, Pernambuco, Bahia, Rio Grande do Sul, ocorreram insurreições, rebeliões e revoltas, algumas caracterizadas como revoluções. Todas violentamente reprimidas, passando para a história como Cabanagem, Balaiada, Cabanada, Sabinada e Farrapos. Embora com características e objetivos até hoje pouco estudados, esses diferentes movimentos quase sempre tiveram participação popular.

Questões a serem observadas: As interferências de acontecimentos internacionais no cenário político e econômico brasileiro.

Questões a serem levantadas pelo professor: É possível, quando nos dedicamos à compreensão do processo de formação do Estado brasileiro e da identidade nacional, falarmos em unidade? Os projetos políticos de conformação da ordem social para a construção da Nação são harmoniosamente realizados? O que significa ser cidadão no Brasil Imperial? As relações autoritárias do Estado do século XIX deixam de existir quando o Brasil legitima-se enquanto República?

Texto 4

Revolução Farroupilha (1835-1845):

1.7. A invenção dos “gaúchos”: Restrita a uma elite da região de fronteira, a Revolução Farroupilha pode explicar a construção da identidade rio-grandense. Por: Carla Menegat. Disponível em: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/a-invencao-dos-gauchos> (Acesso em: 05/01/2013, 10h45min).

O conflito – ocorrido na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre 20 de setembro de 1835 e 1º de março de 1845 – é tratado habitualmente como uma das muitas revoltas do período regencial do Império do Brasil (1831-1840). Abordar sua especificidade em sala de aula pode ajudar os alunos a diferenciar o discurso contemporâneo à Farroupilha daquele construído posteriormente, questionando versões simplificadoras sobre o tema. (...). Líderes famosos, homenageados com nomes de praças e ruas, tinham origem longínqua, como os italianos Giuseppe Garibaldi, Luigi Rossetti e Lívio Zambecari, o mineiro Domingos José de Almeida e o fluminense José Mariano de Mattos. (...) O suposto abolicionismo farroupilha relacionava-se com a prática corrente, na região da Bacia do Rio da Prata, de libertar escravos homens, em idade para servir em campo de batalha, como soldados de Infantaria. Tal artifício foi empregado no famoso corpo dos Lanceiros Negros, cujo fim trágico – derrotados na Batalha de Porongos (1844) pelas tropas imperiais, com cerca de 100 homens mortos e mais de 300 prisioneiros – ainda é um episódio nebuloso. Documentos indicam que o massacre foi acertado entre o líder farroupilha David Canabarro e o então barão de Caxias, comandante das tropas imperiais durante o período em que os farroupilhas já se encontravam extremamente enfraquecidos e foi possível ao Império propor negociação para o fim do conflito. A principal motivação teria sido o medo do governo central de que os libertos inspirassem rebeliões escravas ou movimentos abolicionistas país a fora. Outra questão pouco abordada, importante para uma compreensão menos simplista da revolta, são as reclamações dos farrapos relacionadas à política de defesa. Os rio-grandenses estavam empenhados na defesa das fronteiras desde antes da independência e tinham composto o grosso das tropas que haviam empunhado armas pelo Império na Guerra da Cisplatina (1825-1828). A perda do território do atual Uruguai teve repercussões morais e econômicas na elite ligada às armas no Rio Grande do Sul. Durante a guerra, o comando militar foi entregue a oficiais de fora da província, que desconheciam as peculiaridades que a geografia local impunha às artes bélicas. O tipo de guerra travado em campo aberto com cavalaria ligeira era ignorado pelos comandantes nomeados pelo imperador, em geral treinados na Europa e acostumados aos cercos prolongados. A nomeação desses militares em detrimento dos comandantes locais criara um atrito entre o centro do Império e a província periférica. Além disso, as pastagens perdidas para o território vizinho frustravam os planos econômicos da elite local. Estudar a revolta dos farrapos é problematizar a forma como se arranjavam os interesses regionais dentro de um país de proporções continentais.

1.8. História e memória da Revolução Farroupilha: breve genealogia do mito. Por: Jocelito Zalla e Carla Menegat. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v31n62/a05v31n62.pdf> (Acesso em: 05/01/2013, 14h25min).

A Revolução Farroupilha (1835-1845) se configurou, historicamente, como evento emblemático da memória pública no Rio Grande do Sul. Seus lances de batalha são, ainda hoje, narrados em tom épico, e seus protagonistas transformados em heróis da ‘pequena’ e da ‘grande’ pátria, ora pela suposta resistência à opressão do centro político e econômico do Brasil, ora pela também hipotética aspiração à liberalização e ‘republicanização’ do país, o que incorre na afirmação de seu caráter nacionalista. Em ambos os sentidos,

como mito, a revolta tem sido matriz para discursos políticos, debates historiográficos, criações artísticas e projetos identitários. (...). A reintegração dos revoltosos à vida política do Império seria tão difícil quanto necessária. O próprio desenvolvimento das batalhas mostrou ao Império que não havia peritos maiores no terreno que os comandantes militares treinados na região, e um contingente considerável deles esteve no lado revoltoso, assim como parte considerável da elite provincial, característica particular em relação a outros movimentos do período. A proximidade da fronteira também se revelaria determinante, impelindo o governo imperial a buscar uma integração que não apenas exterminasse os sentimentos rebeldes, como também reerguesse a economia da província, devastada durante a guerra.

Questões a serem observadas: Perceber a configuração dos interesses políticos provinciais, e os conflitos destes com os projetos políticos e econômicos de Brasil idealizados pelas elites imperiais.

Questões a serem levantadas pelo professor: De que forma o contexto da Guerra da Cisplatina interfere na construção da Revolução Farroupilha?

Seção 5

O Brasil Imperial

Páginas no material do aluno

177 a 181



A construção de um herói republicano: Tiradentes

Tipo de atividade:

Análise de imagens

Material necessário:

Recursos multimídia (*datashow*) ou material impresso reproduzido, quadro branco e pincel

Divisão da turma:

Nas duas primeiras etapas não há necessidade de divisão da turma. Na última, se o professor preferir, a turma pode ser dividida em grupos para sistematizar o resultado da análise de cada imagem e da comparação entre elas

Tempo estimado: 50 minutos

Aspectos operacionais

1ª etapa: Discutir o que significa e qual a importância de um herói.

- O professor poderá pedir para que os alunos falem das características de qualquer super herói clássico, conhecido do grande público, pode ser o Super-Homem, o Batman, o Homem-Aranha.

2ª etapa: Demonstrar que os heróis, ao serem exaltados, revelam valores e sentimentos compartilhados pela sociedade.

- Em seguida, com as características destacadas dos heróis, o professor poderá introduzir o tema da mais tradicional representação conhecida de um herói brasileiro – Tiradentes. O quadro de Pedro Américo – Tiradentes Esquartejado, é o melhor exemplo para explorar essas características.

3ª etapa: Comparar as diferentes representações de Tiradentes em 3 contextos republicanos diferentes.

- Em cada imagem, a turma, dividida ou não em grupos, deverá anotar as características da figura de Tiradentes que são realçadas nas imagens para apresentá-las em seguida.

Aspectos pedagógicos

1ª etapa: O professor poderá demonstrar como os atributos do herói – até para ser considerado como tal – passam pelo reconhecimento e valorização da sociedade.

2ª etapa: O professor poderá discutir o porquê da escolha de Tiradentes como herói republicano em meio a outros nomes possíveis, ressaltando a analogia com Cristo, o silêncio de quase um século da sua morte ao culto cívico.

3ª etapa: Relacionar as apropriações distintas da figura de Tiradentes aos seus contextos

- Tiradentes esquartejado, 1893 – proclamação da República (1889); A construção de um herói para legitimar a República que resultou de um golpe de estado sem participação popular.
- Tiradentes Alferes, 1940 – Estado Novo (1937-1945); A figura de Tiradentes em trajes militares, bem distinta daquela consagrada logo após 1889.
- Tiradentes e a Anistia, 1979 – Ditadura Militar (1964-1985); como o herói teve aspectos da sua história apropriados pelos movimentos de defesa da anistia durante o regime autoritário.

Material iconográfico:

Imagem 1



Tiradentes esquartejado, óleo/tela, Pedro Américo, 1893. Disponível em: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tiradentes_Esquartejado_\(Pedro_Am%C3%A9rico,_1893\).jpg](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Tiradentes_Esquartejado_(Pedro_Am%C3%A9rico,_1893).jpg) Acesso em 09/12/2012.

Imagem 2



Tiradentes (Alferes), óleo/tela, José Wash Rodrigues, 1940 (adaptado). Disponível em: <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2009/04/445007.shtml> Acesso em 09/12/2012.

Imagem 3



“Esse homem foi condenado como um terrorista, a história o absolveu, por uma anistia ampla, geral e irrestrita” Cartaz estudantil, 1979. Disponível em: <http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0242.pdf> Acesso em 09/12/2012.

Seção 6

O Estado Nacional e nossa identidade nacional

Páginas no material do aluno

177 a 181



A Comissão da Verdade: Um instrumento político no reforço do processo democrático

Tipo de atividade:

Discussão de textos

Material necessário:

Computador com acesso a internet e datashow, retroprojetor ou Xerox (cópias do material para distribuir aos alunos).

Divisão da turma:

Turma organizada em conjunto para debate

Tempo estimado: 50 minutos

Para projeção do site da Comissão Nacional da Verdade, ou (preto e branca) com a cópia da Lei nº12.528 que criou a Comissão Nacional da Verdade, assim como para a leitura do artigo do historiador Mateus Henrique de Faria Pereira que discute a referida comissão.

Site da Comissão Nacional da Verdade: <http://www.cnv.gov.br/> (Acessado em 17/12/2012 às 20:18).

Lei Nº.12. 528 de 18 de novembro de 2011.

http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.528-2011?OpenDocument (Acessado em 17/12/2012 às 20:19)

Artigo de Mateus Henrique de Faria Pereira publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional: <http://www.revistadehistoria.com.br/secao/educacao/ainda-o-silencio>

Aspectos operacionais

O professor deve expor os princípios que nortearam a Comissão Nacional da Verdade. Num primeiro momento, exibirá o site e/ou a Lei nº 12.528 que em 18 de novembro de 2011 criou a Comissão Nacional da Verdade, destacando que a criação da referida comissão tem como importante papel ser um instrumento de reforço do processo democrático, assim como de possível desmistificador de diversas ideologias que foram desenvolvidas no imaginário nacional no pós-ditadura. Após a exposição da Lei e dos princípios que norteiam a Comissão da Verdade, apresentará aos alunos o artigo do historiador Mateus Henrique de Faria Pereira publicado na Revista de História da Biblioteca Nacional. Após a leitura deste artigo e da Lei nº12.528, o professor iniciaria um debate procurando verificar o posicionamento dos alunos acerca do que pensam do período militar, assim como poderá problematizar o motivo do tema ser pouco focado na Educação Básica.

Site da Comissão Nacional da Verdade disponível em <http://www.cnv.gov.br/> (Acessado em 17/12/2012 às 20:18)

Lei n º 12. 528 de 18 de novembro de 2011. Disponível em http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/lei%2012.528-2011?OpenDocument (Acessado em 17/12/2012 às 20:19)

Aspectos pedagógicos

Nesta atividade o professor pode, juntamente com os alunos, repensar a atuação dos grupos armados de esquerda no período militar; discutir a violação dos Direitos Humanos cometidos pelos órgãos militares durante o regime militar; destacar a consequência do esquecimento dos crimes da ditadura na formação nacional, bem como na reimplantação do sistema político democrático; discutir a consequência da impunidade dos crimes de tortura cometidos no regime militar para os dias atuais; debater a Lei de Anistia de 1979.



As forças policiais como “salvadoras” da pátria

Tipo de atividade:

Análise de textos

Material necessário:

Material impresso, datashow e aparelho de som

Divisão da turma:

Turma dividida em pequenos grupos de até quatro alunos

Tempo estimado: 50 minutos

Texto 1

"A Salvação da pátria" do jornalista Luiz Antônio Dias em que relata a visão dos jornais paulistas sobre o golpe militar de 1964.

<http://www.revistadehistoria.com.br/secao/capa/a-salvacao-da-patria> (Acessado em 15/12/2012 às 16:03)

Texto 2

"Não é só um policial com fuzil na mão..." do secretário de segurança do Estado do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, em que discute o papel das UPPs no Rio de Janeiro.

http://www.exercito.gov.br/web/imprensa/resenha;jsessionid=4A7B27C6A55FD20E21CA6CB22523B68D.lr2?p_p_id=arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasportlet_INSTANCE_UL0d&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column-3&p_p_col_count=1&arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasportlet_INSTANCE_UL0d_journalArticleId=2386614&arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasportlet_INSTANCE_UL0d_ano=2012&arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasportlet_INSTANCE_UL0d_mes=12&arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasportlet_INSTANCE_UL0d_dia=11&arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasportlet_INSTANCE_UL0d_struts.portlet.action=%2Fview%2Farquivo!viewJournalArticle&arquivonoticias_WAR_arquivonoticiasportlet_INSTANCE_UL0d_struts.portlet.mode=view#.UMy4o288CS0 (Acessado em 15/12/2012 às 16:03)

Obs.: Artigo originalmente publicado no Jornal *O Globo* de 11/12/2012, seção Opinião, p. 21.

Aspectos operacionais

Cada grupo receberá os dois artigos (textos 1 e 2). Após a leitura dos mesmos, cada grupo terá que compará-los, procurando identificar o papel desempenhado pelas forças policiais (incluindo, as forças armadas) em 1964 e nos dias atuais. Os alunos deverão produzir um texto em que apresentem semelhanças e diferenças na atuação dos aparelhos coercitivos do Estado do período militar e dos dias presentes. Ao final da produção dos textos, os grupos os trocam entre si e um debate será coordenado pelo professor.

Aspectos pedagógicos

O professor pode iniciar o debate indagando aos alunos se os mesmos observam a polícia ou as forças armadas como instrumentos de "salvação" da pátria. O professor deverá direcionar os alunos a identificarem e discutirem entre si as permanências e mudanças que ocorreram na visão da sociedade brasileira, de 1964 e a atual, no que diz respeito da atuação das forças policiais. O docente pode ainda iniciar um debate acerca do projeto das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) procurando destacar: A presença policial em regiões habitadas por classes sociais marginalizadas; o papel desempenhado pelos policiais nestas comunidades; a escolha das regiões que já receberam uma unidade pacificadora.



A propaganda na formação nacional

Tipo de atividade:

Análise de imagens, músicas e vídeos

Material necessário:

Datashow, ou retroprojektor ou xerox colorida (ou preto e branca) para exibição das imagens pedidas

Divisão da turma:

Atividade individual

Tempo estimado: 100 minutos

Aspectos operacionais

O professor deve exibir o vídeo 1 e em sequência o vídeo 2. Após sua exibição, solicitará aos alunos que identifiquem as semelhanças e diferenças entre os dois slogans, assim como os regimes de governo em que foram produzidos. Após a primeira atividade, o professor deve exibir o vídeo 3. Após sua exibição, o docente deve pedir aos alunos que relacionem a letra da música (exibida no vídeo 3) com os slogans publicitários (figuras 1, 2 e 3) criados durante os governos militares, procurando destacar qual era a intenção do governo em produzir uma identidade ufanista. Os alunos devem ser capazes de perceber a importância da propaganda para os governos e sua força como mecanismo reprodutor de sentimentos nacionais.

Aspectos pedagógicos

Nesta atividade, o professor deve procurar discutir a importância da propaganda para os governos; a associação desenvolvimento/desenvolvido imposto tanto no slogan do governo militar quanto no do governo Dilma; refletir a ideia de que ambas as propagandas procuram suprir as supostas deficiências da sociedade brasileira, tendo no conceito de pobreza o representante do "atraso" e do "subdesenvolvimento", na qual seu combate é necessário para inserir o Brasil no patamar das nações desenvolvidas; destacar o papel da propaganda na produção de um sentimento ufanista nacional; destacar a maneira pela qual o governo militar se utilizou da Copa do Mundo de 1970 em favor do seu governo; debater o que é ser brasileiro; o que caracteriza uma nação? Quais elementos formam a "comunidade imaginada" que chamados de Brasil? ; associar a exaltação nacionalista ao momento de crescimento econômico ocorrido durante a ditadura militar e que ficou conhecido como "milagre brasileiro"; traçar possíveis comparações a exaltação nacionalista dos governos militares e a euforia econômica do período com as estratégias desenvolvidas no mesmo âmbito nos governo Lula e Dilma.

Material a ser consultado:

Acesso a internet para exibição dos seguintes vídeos:

- **Vídeo 1:** Campanha de conscientização de limpeza desenvolvido na década de 70 com o slogan "povo desenvolvido é povo limpo": <http://www.youtube.com/watch?v=-XCa1C7RB9E> (Acessado em 17/12/2012 às 10:46)
- **Vídeo 2:** Apresentação do atual slogan do Governo Federal, "País rico é país sem pobreza". http://www.youtube.com/watch?v=uDGm5m_F_qI (Acessado em 17/12/2012 às 10:53)
- **Vídeo 3:** Video com a letra e música "Pra frente Brasil" de Miguel Gustavo: <http://www.youtube.com/watch?v=h18FDCZBMwU> (Acessado em 17/12/2012 às 18:18)

Figura 1:



Fonte http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Brasil_ame-o_ou_deixe-o.png (Acessado em 17/12/2012 às 18:32)

Figura 2:



Fonte: <http://revistaescola.abril.com.br/lingua-portuguesa/pratica-pedagogica/literatura-escola-7o-ano-cronicas-luis-fernando-verissimo-556378.shtml> (Acessado em 17/12/2012 às 18:32)

Figura 3:



Fonte: <http://liboriocosta.blogspot.com.br/2011/05/democracia-e-ditadura-na-republica.html> (Acessado em 17/12/2012 às 18:32)

Avaliação



Imagens da escravidão: distinção de cor e de privilégios

Tipo de atividade:

Análise de imagens

Material necessário:

Recursos multimídia (datashow)

Divisão da turma:

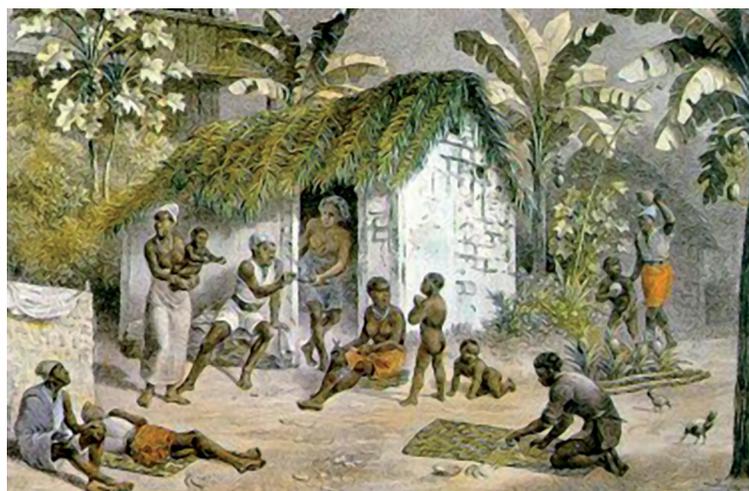
A turma deverá ser dividida em grupos de três a cinco alunos

Tempo estimado: 50 minutos

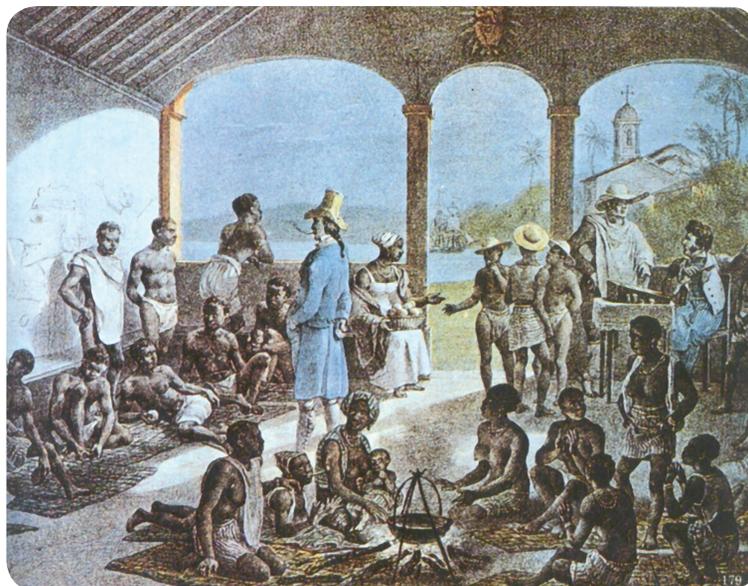
Aspectos operacionais

1º Etapa:

Apresentação de imagens de Johann Moritz Rugendas.



Habitações de Negros – Johann Moritz Rugendas – Da obra “Voyage Pittoresque au Brésil”. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Habita%C3%A7%C3%A3o_de_Negros._Rugendas.jpg (Acesso em: 07/01/2013, 11h20min).



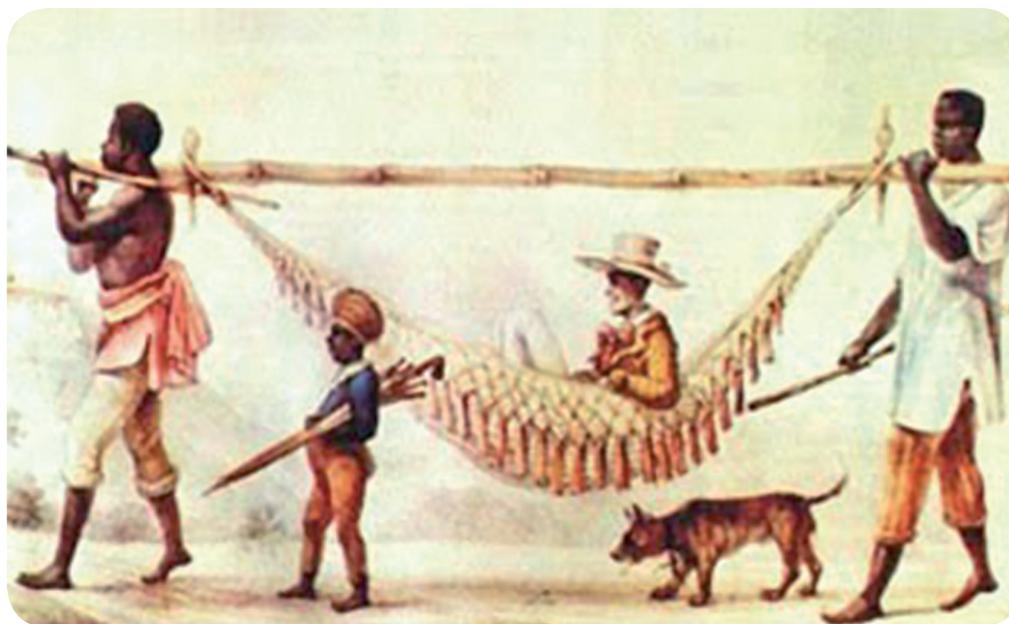
Mercado de Escravos. Johann Moritz Rugendas. Disponível em: <http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Brasil-18-Slavery.jpg> (Acesso em: 07/01/2013, 11h30min).



Casa. Johann Moritz Rugendas. Disponível em http://www2.unopar.br/sites/museu/exposicao_negros/negro06.html Acessados em 16/12/2012, às 13h02min.

2º Etapa:

Apresentação de imagens de Jean Baptiste Debret.



Viagem ao Brasil: retorno de um proprietário, Jean Baptiste Debret. Disponível em: http://commons.wikimedia.org/wiki/File:Retour_d%27_um_proprietaire.jpg (Acesso em: 07/01/2013, 13h).



Refrescos do Largo do Palácio, Jean Baptiste Debret. Disponível em: <http://1anoartecbc.blogspot.com.br/2009/04/obras-para-o-trabalho.html> (Acesso em: 07/01/2013, 13h).



Uma Sapataria. Jean-Baptiste Debret. Disponível em http://www2.unopar.br/sites/museu/exposicao_negros/negro05.html
Acessados em 16/12/2012, às 12h56min.

Aspectos pedagógicos

Uma vez formadas os grupos, o professor deverá solicitar aos alunos que dialoguem sobre o que cada imagem representa, que contexto histórico e quais grupos sociais elas documentam. É igualitária a relação entre os homens brancos e os “homens de cor”? O projeto de Nação iguala as relações entre os homens? Quais relações podemos estabelecer com o tempo presente? A partir destas questões, as equipes deverão, como uma resultante do diálogo forjado, produzir um texto dissertativo e apresentar oralmente em sala de aula.

Avaliação: Seção 5 – A República e o Estado Nacional



“Os diferentes significados de Tiradentes”

Tipo de atividade:

Breve atividade que poderia servir para fixar o conteúdo estudado, com exercícios individuais ou em grupo, mas sem o caráter de prova.

Material necessário:

Projeção do texto

Aspectos operacionais

1ª Etapa:

Apresente o texto para os alunos. Uma possibilidade interessante seria que algum aluno fizesse a leitura em voz alta, anotando as palavras cujo significado não tenha sido compreendido por alguém na sala. Se for o caso, elabore um glossário no quadro, primeiro perguntando se alguém poderia explicar o significado, em seguida, se for o caso, recorra ao dicionário. Não tenha vergonha de usá-lo, até para estimular esse tipo de consulta pelos alunos.

A tentativa de transformar Tiradentes em herói nacional, adequado a todos os gostos, não eliminou totalmente a ambigüidade do símbolo. O governo republicano tentou dele se apropriar, declarando o 21 de abril feriado (...). Os governos militares recentes foram mais longe. Lei de 1965 declarou Tiradentes patrono cívico da nação brasileira e mandou colocar retratos seus em todas as repartições públicas. (...) Mas a esquerda também dele não abriu mão, desde os jacobinos até os movimentos guerrilheiros da década de 70, um dos quais adotou seu nome. (...)

(CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 71)

2ª Etapa:

Em seguida, a turma – individualmente ou em grupo - deverá responder a seguinte questão que pode ser projetada ou escrita no quadro:

Por que a figura de Tiradentes como herói nacional foi apropriada de diferentes formas, grupos e épocas?

Aspectos pedagógicos

Ao recolher as respostas que poderão ser lidas pelos grupos, têm-se de uma oportunidade para discutir os diferentes usos de Tiradentes no período militar, tanto pelo governo autoritário, quanto pelos grupos de esquerda armada. professor: Há aqui uma ótima ocasião para introduzir o tema da Ditadura Militar (1964-1985), por meio da luta armada contra o regime.

Avaliação: Seção 6 – O Estado Nacional e nossa identidade nacional



Repensando a nação: A Ditadura Militar e nossa identidade nacional”

Tipo de atividade:

Leitura e interpretação de texto.

Material necessário:

Texto impresso

Aspectos operacionais

A partir do fragmento selecionado, o aluno deverá relacioná-lo com a ditadura civil- militar, procurando explicar de que maneira o regime militar ajudou a construir "tempos vazios e homogêneos, e amnésias coletivas" que ajudaram a constituir nosso "imaginário nacional". Os alunos desenvolverão a resposta em uma folha, com uma resposta de no máximo 10 linhas e a entregarão ao professor. Se preferir, o docente, após a leitura das respostas, poderá iniciar um debate sobre o fragmento do texto e as respostas desenvolvidas pelos alunos, a fim de reforçar o conteúdo ensinado.

Aspectos pedagógicos

A proposta é que a partir do fragmento do livro, os alunos possam identificar elementos desenvolvidos pelo regime militar que estabeleceram memórias coletivas homogêneas e não-conflituosas que constroem a nossa identidade nacional. É possível também abordar a "amnésia coletiva" provocada pela "anistia ampla, geral e irrestrita" de 1979 que auxilia a fomentar na nação brasileira um sentimento de impunidade no que diz respeito a crimes e violações dos direitos humanos; bem como permite analisar com os alunos as razões para que a ditadura no Brasil, seja ainda hoje uma ferida não cicatrizada, assim como uma memória que parte da sociedade brasileira faz questão de apagar.

(...) os primeiros movimentos latino-americanos pela independência eram de "pouca espessura social", mas trataram de ganhá-la. Foi assim que nos transformamos no país do samba e do futebol, e é por eles que morremos ou defendemos nacionalidade.

A ideia da exclusão social e da violência é de certa maneira recente em nossos noticiários, e nunca fez parte de nossa "imaginação nacional". Enquanto imaginário, "Deus continua brasileiro" e gosta de cachaça e caipirinha. A nação constrói tempos vazios e homogêneos, e amnésias coletivas fazem parte desse jogo político, também por aqui, muito bem disputado.

SCHWARCZ, Lília Moritz. Prefácio IN: ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp.16-17.

Referências

Imagens



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>



• <http://www.sxc.hu/photo/475767>